

Apresentação

Apraz-me apresentar o texto base do 14º Intereclesial das CEB's, cujo tema central é: "CEB's e os Desafios do Mundo Urbano". A cultura urbana vai muito além dos limites das cidades. Abrange cidade e campo, grandes e pequenos, centros e periferias, ocidente e oriente. Nada e ninguém escapa do contato, da influência do urbano.

A Arquidiocese de Londrina acolhe de coração e braços abertos, a todos os delegados(as) e outros participantes. Para nós, sediar este tão grande evento é uma dádiva. Nosso planejamento pastoral tem como prioridade: "Ser Igreja, Comunidade de comunidades de discípulos missionários". Os Grupos Bíblicos de Reflexão, a setorização das paróquias são o chão para as Comunidades Eclesiais de Base.

As Santas Missões Populares facilitaram a criação e o aumento de grupos, de setores, comunidades, na esperança de sermos uma Igreja cada vez mais aberta, profética, transformadora a serviço do Reino. Sabemos que toda a ação pastoral é o exercício do amor, um "ofício de amor" e da maternidade da Igreja, que culmina na santificação do povo de Deus.

O mundo urbano é um sinal dos tempos que nos convoca a uma "conversão pastoral urbana".

O Papa Francisco nos impulsiona a olhar a cidade com os olhos da ciência e os olhos da fé. Deus habita nas casas, nas ruas, nas praças da cidade. A Palavra de Deus deve alcançar os núcleos mais profundos da alma da cidade. Uma cultura inédita palpita e está em elaboração no coração da cidade e do mundo urbano.

Há anos atrás já se dizia: "Paris é terra de missão". Hoje precisamos gritar: "o mundo urbano é prioridade da missão". Não nos roubem o entusiasmo missionário, não nos roubem o projeto "Comunidade de comunidades, não nos roubem o profetismo e a dimensão social do Evangelho.

Evangelizar o mundo urbano, que está globalizado é um desafio, porque sua alma é o mercado que leva à “globalização da indiferença”. Nossa missão consiste em globalizar a “civilização do amor” através das obras de misericórdia e da revolução da ternura, à luz da Doutrina Social da Igreja. Isso requer um permanente discernimento, mudança de mentalidade, de estilo de vida e de estruturas ultrapassadas.

A Igreja direcionada e pautada pelo Reino de Deus, caminha em frente, vai além, sempre “em saída”. Para tanto, todos precisamos de lucidez e esperança, paciência e criatividade, coragem e humildade.

Os Bispos do Brasil lembram que as “CEB’s são uma forma de vivência comunitária, de inserção na sociedade, de exercícios do profetismo e de compromisso com a transformação de realidade, sob a luz do Evangelho” (cf. Doc. 105, nº 146). Tudo isso em sintonia com a paróquia local, a pastoral diocesana e em comunhão com os pastores.

Certamente o 14º Intereclesial muito contribuirá para que a nova evangelização aconteça e cresça cada vez mais nas estruturas do mundo urbano. “Se o Senhor não edificar a cidade em vão trabalham os que a constroem” (cf. SL 126,2). Fundamentados na Comunidade Trinitária a melhor comunidade, formemos comunidades onde não haja necessitados porque o pão é repartido. Comunidades unidas na oração, na doutrina dos apóstolos, na fração do pão e no afeto. Comunidades que cativem a simpatia do povo, o exemplo das comunidades primitivas, porque praticavam o bem comum.

Dom Orlando Brandes

SUMÁRIO

Introdução

1. Ver: Olhar o mundo urbano

1.1. Introdução ao mundo urbano

- 1.1.1. O que é a cidade
- 1.1.2. Aspectos quantitativos
- 1.1.3. Dinâmica urbana e sociabilidade
- 1.1.4. Culturas urbanas e cidades inclusivas
- 1.1.5. A vivência religiosa nas cidades

1.2. Processo de urbanização no Brasil

- 1.2.1. A origem das cidades brasileiras
- 1.2.2. A grande urbanização
- 1.2.3. A abertura democrática
- 1.2.4. A receita neoliberal
- 1.2.5. O social-desenvolvimentismo

2. Julgar: Deus habita a cidade

2.1. Paulo de Tarso: um cidadão que escuta o clamor do povo

- 2.1.1. A cidade forma Paulo
- 2.1.2. A tradição israelita herdada por Paulo
- 2.1.3. Ai de mim, se não anunciar o evangelho!
- 2.1.4. Comunidades da cidade e o império
- 2.1.5. Ousadias do apóstolo Paulo
- 2.1.6. O que é loucura... O que é escândalo...

2.2. O Caminho de Jesus Cristo: luz para as CEBs

- 2.2.1. Uma proposta de inclusão
- 2.2.2. O amor acima da “Lei”.
- 2.2.3. O cuidado como defesa da vida.

2.3. Atualizar a Boa Nova de Jesus.

- 2.3.1. O Reino de Deus na história humana
- 2.3.2. Uma Pastoral Urbana

3. Agir: Desafios no mundo urbano

- 3.1. Moradia
- 3.2. Mobilidade
- 3.3. Violência
- 3.4. Meio ambiente e sustentabilidade
- 3.5. Trabalho
- 3.6. Saúde
- 3.7. Educação
- 3.8. Arte, cultura, esporte e lazer
- 3.9. Tecnologias de Informação e Comunicação
- 3.10. Afetividade / sexualidade

Conclusão: Busca de alternativas para vencer os desafios no mundo urbano

Referências

Anexos: Experiências de pastoral no mundo urbano

1. Experiências significativas de CEBs no mundo urbano
2. Outras experiências de ação pastoral no mundo urbano

Introdução

Deus escuta o *clamor do povo* que sofre opressões no mundo urbano e convoca as CEBs a participar – junto a todas as pessoas de boa-vontade – de sua libertação. Esta é a intuição profunda que une o tema e o lema do seu 14º Encontro Intereclesial.

O desafio é grande, diante do que representam as forças sociais, políticas, econômicas e culturais que estão na raiz das opressões sofridas pelos pobres nas cidades. Mesmo assim as CEBs aceitaram o desafio, por acreditarem que Deus envia o Espírito que ilumina e fortalece quem, no seguimento de Jesus, luta pela Justiça e pela Paz. A Fé em Jesus Libertador é, sem dúvida, sua principal força, mas elas sabem que a Fé só ganha eficácia na medida em que é a inspiração profunda para a ação transformadora do mundo. Por isso o 14º Encontro Intereclesial deverá ser um momento privilegiado de experiência do Espírito que “renova a face da Terra”, mas também um momento de reflexão e de troca de saberes que conduzam a ações capazes de atender o clamor do Povo que sofre opressões. Isso requer, evidentemente, uma adequada preparação das comunidades que se farão representar no Encontro.

Nesse processo de preparação entra o texto que agora é oferecido às comunidades. O Setor CEBs da CNBB e o Iser-Assessoria promoveram um seminário sobre as Perspectivas para das CEBs no pontificado de Francisco com assessores e assessoras que trabalham nas áreas das Ciências Sociais, Teologia e Bíblia. A convite de um dos assessores da Comissão Ampliada Nacional das CEBs, ao término deste encontro, em 2 de agosto de 2015, um pequeno grupo permaneceu reunido para refletir sobre o texto-base e algumas pessoas assumiram

o serviço de sua elaboração¹. Durante um semestre os e as redatoras trabalharam em separado os textos do *Ver, Julgar e Agir*, trocaram correspondências sobre as linhas a seguir e contaram com a colaboração de outras pessoas, tanto na leitura crítica e propositiva como na redação de partes específicas do texto².

O primeiro esboço do trabalho foi apresentado no Seminário de Assesores/as de CEBs e na reunião da Comissão Ampliada Nacional das CEBs em janeiro de 2016. A partir das sugestões recebidas, a equipe de redação reelaborou as três partes, que depois foram consolidadas. Fique claro, portanto, que o presente texto não é um documento oficial da Comissão Ampliada de CEBs, mesmo porque não foi submetido à sua aprovação. Trata-se da contribuição voluntária de quem, por afinidade com a *caminhada* das CEBs, colocou a serviço delas seu tempo e sua capacidade de trabalho.

A finalidade deste texto-base, como o próprio nome indica, é oferecer às CEBs do Brasil uma reflexão sobre os desafios vividos no mundo urbano. Longe de ser um livro científico ou teológico sobre o tema, ele quer possibilitar que todas as pessoas que participarem dos encontros locais, diocesanos e regionais de CEBs tenham o mesmo referencial comum. Por isso, optamos por um estilo acessível, mantendo, contudo, o caráter científico da abordagem. Na medida em que esse objetivo se concretizar nos encontros preparatórios, o 14º Encontro Intereclesial representará um passo importante para o avanço da ação pastoral nas cidades, não só para as CEBs como para toda a Igreja.

O leitor ou a leitora certamente sentirá que falta neste texto a abordagem a temas importantes para as CEBs que estão na sua cidade. Essa ausência se deve em primeiro lugar à complexidade e à diversidade de situações urbanas em nosso país. Além disso,

1 Em ordem alfabética: Celso Carias, Geraldino Rodrigues, Lucia Ribeiro, Pedro Ribeiro de Oliveira, Sérgio Coutinho, Solange Rodrigues e Tea Frigerio.

2 Cabe citar Erika Glória dos Santos, Francisco Orofino, Ivo Lesbaupin, Névio Fiorin, Paulo Fernando Andrade (membros de Iser-Assessoria) bem como Felipe Freitas, Jorge Alexandre Alves e Quininha Fernandes Pinto

a equipe de redação tomou como referência os temas levantados durante o seminário de agosto de 2015 e as indicações da Comissão Ampliada Nacional em janeiro de 2016. No decorrer do trabalho de redação a própria equipe percebeu lacunas, mas já não era possível ampliar indefinidamente o texto. Foi o caso, por exemplo, do problema das relações entre CEBs e paróquias urbanas, que merece um tratamento especial, mas não foi mencionado quando do planejamento do trabalho. Quem desejar aprofundar-se no estudo desse e de outros temas referentes à cidade poderá acessar os textos-fontes e outros materiais no *Portal das CEBs* (www.portaldascebs.org.br).

Enfim, convém assinalar que este trabalho foi elaborado durante o período em que se deu o *golpe do impeachment* e Michel Temer assumiu o governo interino radicalizando as medidas de ajuste fiscal em favor do sistema financeiro. Nesse momento não é possível prever o desfecho da crise política, mas já se sabe que aquelas medidas tornarão piores as condições de vida de quem não tem aplicação financeira em banco, como é a realidade da grande maioria da população brasileira, na cidade e no campo. Este é um tema que as CEBs não poderão deixar de refletir, para serem fiéis à opção preferencial pelos pobres.

Ao longo do texto são feitos destaques para sugerir a reflexão sobre o tema tratado. Ela será mais proveitosa se feita em grupo, mas é claro que se aplica também à leitura individual. Recomendamos que ao surgir um texto em destaque se interrompa a leitura e se dedique algum tempo à reflexão pessoal ou em grupo sobre aquele assunto. Essas reflexões são especialmente importantes na parte referente ao *agir*, pois ali são sugeridas formas de ação para as CEBs.

Com a liberdade que o apóstolo Paulo descobriu na Fé, somos todos convidados e convidadas a assimilar aquilo que for útil e oportuno para a *caminhada* das CEBs, sempre nos lembrando de acrescentar tudo aquilo que a experiência vivida ensina.

E que a leitura seja proveitosa para toda a Igreja que está nas bases!

VER

1. Ver: Olhar o mundo urbano

O mundo urbano é um desafio para as CEBs: ao longo de sua história elas têm feito o possível para cumprir sua missão de tornar a sociedade mais humana, mas constatam que as cidades não são plenamente espaços de convivência saudável e pacífica entre seus habitantes. Temos como diretriz o **Direito à Cidade**, cujo exercício está associado ao conjunto dos Direitos Humanos, que incluem os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. O Direito à Cidade, que se torna tanto mais efetivo quanto mais é apoiado pelos outros direitos, foi assim formulado no contexto dos Fóruns Sociais Mundiais:

Todas as pessoas devem ter o direito a uma cidade sem discriminação de gênero, idade, raça, etnia e orientação política e religiosa, preservando a memória e a identidade cultural. O Direito à Cidade é definido como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia e justiça social.

A análise que se segue está dividida em duas partes. Na primeira, são apresentados alguns elementos para a compreensão do mundo urbano contemporâneo. A segunda parte faz um breve histórico do processo de urbanização no Brasil e de como se tem dado a construção do direito à cidade em nosso país.

1.1. Introdução ao mundo urbano

1.1.1. O que é a cidade

A enorme diversidade do urbano torna muito difícil estabelecer-se um consenso sobre sua definição. Dois elementos, porém, são indispensáveis à formulação do que é (e do que não é) cidade: o

espaço físico habitado de modo permanente por uma população humana e a identificação dessas pessoas como **moradoras** do lugar. No caso da cidade é preciso considerar o espaço geográfico delimitado pelo conjunto de moradias e o espaço onde se agrupam estabelecimentos destinados a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras e administrativas, ensejando a ocorrência de certos fenômenos sociais, culturais e econômicos muito diferentes dos que ocorrem em populações que vivem espacialmente dispersas. A distinção mais usual entre cidade e campo se dá pela concentração das atividades econômicas. Na cidade predominam os setores secundário (industrial) e terciário (serviços), enquanto no campo predomina o setor primário (agricultura, pecuária, extrativismo, silvicultura e conservação ambiental).

Embora tratemos aqui as cidades em geral, não podemos perder de vista as particularidades de cada uma. Até mesmo cidades muito parecidas quanto ao tamanho, região geográfica, atividade principal e composição étnica têm pelo menos uma história que as diferencia. As conhecidas rivalidades entre cidades vizinhas são um bom exemplo dessa marca de **identidade** que é o orgulho de cada cidade. Por isso, embora se possam construir tipologias urbanas a partir dos grupos étnicos que a formaram, da influência de tradições religiosas, da atividade socioeconômica predominante, de sua vida cultural, do nível de acesso à escolaridade, à informação, aos serviços de saúde e outros indicadores, é preciso lembrar que cada cidade é única.

Pense na cidade onde você mora e compare com outra da mesma região. Identifique as principais semelhanças e diferenças entre elas.
--

As cidades são marcadas pela **pluralidade**. No mesmo espaço urbano convivem pessoas e grupos que podem ser muito diferentes entre si, porque a vida em cidades supõe grande divisão do trabalho, diversidade de serviços e especialização de funções. Daí decorre um modo de vida programado e esquematizado, mas ao mesmo tempo imprevisível: cada grupo, cada família, cada pessoa com sua forma de pensamento e seu modo de ser e de viver. Por isso não é exagero dizer que no mundo urbano coexistem mundos diferentes. E nem sempre essa coexistência é fácil...

Cada vez mais as cidades atraem novos moradores e moradoras em busca de oportunidades de trabalho, de estudo, de assistência médica, de diversão, e também da possibilidade de reinventar a própria vida. Esse dinamismo próprio à vida urbana envolve uma série de **ambivalências**: a proximidade física pode gerar distância social; a liberdade individual frente a dependências tradicionais pode implicar isolamento; o acesso de só uma parte da população a determinados locais ou serviços pode gerar conflitos; apesar de tudo, o estilo de vida urbano, marcado por relações impessoais, pode também fazer surgirem novas formas de sociabilidade, de ajuda mútua e de solidariedade. Se o modo de vida urbano, afirmando o indivíduo, pode favorecer o individualismo, pode também propiciar novas possibilidades de convívio humano marcado pelo pluralismo respeitoso das diferenças.

Enfatizamos aqui as diferenças entre cidade e campo, mas sabemos que nem sempre é fácil identificar os limites entre o mundo urbano e o mundo rural. Os modernos meios de comunicação têm reduzido as diferenças culturais entre campo e cidade, assim como a tecnociência reduz as diferenças socioeconômicas. A família de um trabalhador rural que maneja equipamentos de alta tecnologia agrícola nas grandes fazendas, tem um estilo de vida similar ao de famílias operárias da cidade. Hoje o mundo urbano não se limita ao espaço geográfico das cidades.

1 - Você conhece ou já ouviu falar de alguma realidade rural que tenha estilo de vida urbano? Relate essa realidade para o grupo ou peça a quem conhece que faça esse relato.

1.1.2. Aspectos quantitativos

Os dados de 2010 mostram que mais de 84% da população brasileira vive em cidades. Como existem diferentes critérios para definir uma cidade, o Brasil adota o critério **político-administrativo**: cidade é qualquer aglomeração urbana, independentemente do número de habitantes, desde que seja sede de município. Conforme essa definição temos a seguinte taxa de urbanização por grandes regiões.

Nordeste	Norte	Sul	Centro-Oeste	Sudeste	Brasil
73,1%	73,5%	84,9%	88,8%	92,9%	84,4%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010

São consideradas pequenas as cidades que têm até 100 mil habitantes, médias as de 100 mil a 500 mil habitantes e grandes as cidades com mais de 500 mil habitantes. É alta a concentração populacional em grandes e médios centros urbanos: 42% da população brasileira estão em apenas 2% dos municípios com mais de 250 mil habitantes. Entre estes destacam-se as **regiões metropolitanas**, formadas por um conjunto de municípios próximos entre si e socioeconomicamente integrados a uma cidade-polo. O Brasil tem 38 regiões metropolitanas, onde vive cerca de metade da população brasileira.

- 1 - Você sabe quantas pessoas moram em sua cidade?
- 2 - Se você mora em região metropolitana, sabe qual é a sua população total?
- 3 - Este é um dado importante para se conhecer o mundo urbano onde você vive.

1.1.3. Dinâmica urbana e sociabilidade

O mundo urbano não é apenas espaço físico, é também espaço social produzido pelas pessoas que nele habitam. Ora, quando pessoas se relacionam umas com as outras se cria a sociabilidade, isto é, um modo próprio de viver em sociedade. As **formas de sociabilidade** variam conforme o ambiente em que vivem as pessoas ou suas condições de vida: basta pensar nas diferenças entre a sociabilidade própria a grupos de crianças, de jovens, de adultos e de pessoas idosas. Interessa-nos aqui refletir sobre as formas de sociabilidade do mundo urbano, bem diferentes das formas de sociabilidade rurais.

As cidades são habitadas por pessoas e elas não são iguais: num polo há gente rica e poderosa, e noutro gente pobre e marginalizada, com um setor intermediário cujo tamanho pode variar muito. A **composição de classes** define o rosto das cidades e as condições de vida de seus habitantes, na medida em que elas são organizadas pelo mercado, isto é, pela distribuição dos bens conforme a lei da oferta e procura, fazendo que os bens mais procurados se tornem mais caros. Na organização da cidade a lógica organizadora do mercado é espacialmente visível: as famílias ricas escolhem morar em bairros tranquilos, com áreas verdes, abastecimento de água e esgoto, pavimentação, serviços públicos e segurança, porque podem arcar com o alto custo que isso implica. As famílias de menor poder aquisitivo têm que se

contentar com os espaços menos favoráveis e, no limite, precisam morar em locais desprezados pelo mercado imobiliário – como encostas de morro, mangues, áreas de risco ou insalubres.

Por isso, cidades onde o poder público não controla os abusos do mercado imobiliário tornam-se cidades profundamente **desiguais**. O contraste entre os bairros nobres ou condomínios de luxo, e as favelas ou zonas deterioradas das periferias das metrópoles é o melhor exemplo disso: moradores de bairros nobres deslocam-se em ônibus exclusivos, automóveis blindados ou até helicópteros; já os moradores da periferia por vezes têm que andar a pé no barro para chegar à estação de trem ou ao ponto de ônibus que os levará ao local de trabalho.

A lógica de mercado como organizadora da vida urbana tem consequências sobre a convivência social. Também a deterioração dos espaços e equipamentos públicos incide sobre a sociabilidade urbana, podendo levar à privatização da vida coletiva, à segregação, ao afastamento de contatos face a face, ao confinamento em ambientes e redes sociais. Entretanto, essa lógica pode – e deve – ser contrabalançada pela lógica do **interesse público** que, ao beneficiar a cidade como um todo, beneficia em primeiro lugar a população de menor poder aquisitivo. Por isso, a cidade deve ser entendida como um campo aberto a muitas possibilidades, conforme a atuação dos diferentes sujeitos – moradores, governo, movimentos sociais, empresariado. É o resultado dessa complexa relação que organiza o mundo urbano, dando-lhe sua forma de sociabilidade própria. Se a lógica do mercado leva à segregação social, a solidariedade da população se contrapõe a essa tendência, estabelecendo encontros, mantendo a capacidade de se alegrar em meio às dificuldades, de festejar, e desencadear processos inovadores no âmbito da cultura e da ação social e política.

- 1 - Em sua cidade é possível perceber a lógica do mercado imobiliário na organização do mundo urbano?
- 2 - Identifique espaços nobres e espaços pobres e aponte as suas diferentes formas de sociabilidade.

Para além da desigualdade de classes sociais, **outras formas de sociabilidade** podem ser notadas no mundo urbano. Grupos heterogêneos de atores sociais vivem, sobrevivem, trabalham e circulam na cidade, usufruem de seus equipamentos ou deles são excluídos. É preciso perceber como esses atores organizam sua vida cotidiana – o trabalho, a vida familiar, a devoção, o lazer. De fato, o espaço urbano favorece a diversidade de estratégias locais de vida e sobrevivência. Se num polo encontram-se grupos familiares que podem usufruir de todas as comodidades urbanas, no outro polo há moradores *de rua* que precisam inventar estratégias de sobrevivência que os livre da exclusão e da sua invisibilização pelo mercado e pelo Poder Público.

Uma delas é a diversidade de **configurações familiares**. Além das famílias formadas por um casal e seus filhos, cresce o percentual de famílias monoparentais, em especial aquelas chefiadas por mulheres; de casais sem filhos; de famílias constituídas por casais com filhos de uniões anteriores; de famílias formadas a partir de uniões homoafetivas, entre outras. Esta diversidade crescente nos tempos atuais coloca em questão o costume de classificar como “desestruturadas” as famílias que não se encaixam no padrão estabelecido – ou seja, o casal heterossexual e seus filhos. Sem ignorar que também as famílias consideradas “estruturadas” muitas vezes estão atravessadas por conflitos e situações desagregadoras. Outro aspecto a ser assinalado é a dificuldade de comunicação e de diálogo interno, inclusive devido à diversidade religiosa em seu interior. Neste

contexto, muitas vezes as CEBs funcionam como extensão das famílias ao propiciar uma rede de solidariedade que auxilia seus membros a enfrentarem os problemas familiares.

A configuração atual das cidades brasileiras, especialmente as maiores, afetam as relações de solidariedade entre **vizinhos**. Em certos bairros vizinhos de rua ou de edifício mal se conhecem, enquanto grupos formados por afinidade de interesses reúnem pessoas residentes em diferentes bairros ou setores. Tudo isso indica a existência de diferentes formas de convivência e de apropriação da cidade. A amplitude das cidades contemporâneas multiplica essas possibilidades, resultando na grande diversidade de uso e desfrute das instituições e equipamentos urbanos – de lazer, saúde, trabalho, cultura etc. Não seria errado afirmar que, em geral, a diversidade de experiências tipicamente urbanas aumenta conforme o tamanho das cidades.

Aponte pelo menos duas formas diferentes de sociabilidade existentes no lugar onde você mora.

1.1.4. Culturas urbanas e cidades inclusivas

A **cultura** é como o molde ou programa que configura a maneira de sentir, de pensar e de agir das pessoas. Ela pode ser definida como a realidade imaterial – formada pelo conjunto de ideias, comportamentos, costumes, valores morais, símbolos, conhecimentos, técnicas e práticas sociais – que se transmite de uma geração para outra. Justamente por ser retransmitida, a cultura não é estática: está em constante mudança, conforme os acontecimentos vividos por seus integrantes eliminam elementos que tenham perdido consistência ou lhe acrescentam novos elementos.

Na complexa realidade do mundo urbano pode-se falar em **culturas**, pois nele existem modos muito diferenciados de sentir, de pensar e de agir compartilhados que dão identidade a determinados grupos sociais. Na cidade diversas culturas entram em contato, e isso pode modificar alguns de seus aspectos na medida em que uma absorve ou adota elementos de outra. Os meios de comunicação, em especial as novas tecnologias de informação também possibilitam a disseminação de ideias, costumes, formas de agir, que ultrapassam fronteiras territoriais e sociais. Ou seja, o mundo urbano favorece tanto a constituição de culturas particulares a certos grupos quanto sua interpenetração.

Sendo marcada pela diversidade cultural, a vida urbana impõe a seus habitantes reconhecer e respeitar as diferenças para que sua convivência seja pacífica. Quando, porém, se estabelecem hierarquias entre as diferenças existentes, sendo umas favorecidas em detrimento de outras, essas **diferenças** se transformam em **desigualdades**, gerando preconceitos e discriminações e, no limite, intolerância. É, portanto, indispensável que o respeito à diversidade seja articulado ao direito à igualdade, ou seja, que sejam superadas as desigualdades.

A realidade urbana é um permanente desafio ao cultivo da harmonia entre diferentes culturas. Nossas cidades raramente conseguem conviver bem com as diversidades e as diferenças frequentemente resultam em desigualdade. Neste sentido, a cidade não só expressa, mas também reproduz as desigualdades da sociedade. Por isso o **direito à cidade** deve ser entendido como uma cidade para todos seus habitantes, isto é, uma cidade inclusiva, que rejeita atitudes discriminatórias e onde o respeito à diversidade se articula com o direito à igualdade.

1 - Identifique diferentes culturas existentes em sua cidade e reflita: elas convivem respeitosa, ou uma tenta excluir outras?

1.1.5. A vivência religiosa nas cidades

Embora a maioria da população urbana se identifique como católica (62,2%), é nas cidades que se encontram as maiores proporções de evangélicos (23,5%) e de quem declara não ter religião (13,9%). É também nas cidades que há maior presença do espiritismo, de religiões de matriz africana e de religiões orientais, além de outras correntes de espiritualidade muito diversificadas.

Há uma grande diversidade de igrejas evangélicas. Tem sido visível o crescimento da presença de igrejas pentecostais e neopentecostais nas cidades, em especial nas áreas periféricas e favelas. Essas igrejas constituem redes de solidariedade que ajudam seus membros a enfrentar melhor os problemas do cotidiano. A maioria delas enfatizam a emoção, a cura divina e a libertação do mal, e muitas se orientam pela teologia da prosperidade. A igreja católica continua sendo majoritária e é marcada por uma diversidade interna de grupos e espiritualidades que convivem em seu interior, mesmo com o declínio numérico por que tem passado nas últimas décadas. Nela têm surgido expressões religiosas que também enfatizam a emoção e a cura; permanecem disseminadas práticas devocionais do catolicismo popular, que sustentam e dão sentido à vida de uma parcela significativa de católicos. As matrizes paroquiais em geral estão localizadas nas áreas centrais dos bairros e das cidades. Neste contexto, desde sua origem as CEBs estão presentes nas periferias e áreas pobres das cidades, embora muitas vezes não tenham grande visibilidade, pois reúnem poucas pessoas em comparação aos aglomerados populacionais das cidades. Atualmente, quando

as CEBs têm visibilidade, elas tendem a ser percebidas pela população como “pequenas paróquias”, voltadas prioritariamente para a realização de celebrações e sacramentos.

Com a intensificação do pluralismo religioso, as cidades atuais também têm sido lugar de intolerância religiosa, em especial contra as religiões de matriz africana, mas também entre grupos cristãos. Por outro lado, emergem experiências ecumênicas e de diálogo inter-religioso, que incentivam a convivência e a colaboração entre grupos religiosos distintos para fortalecer a ação social e a luta pelos direitos de todos os habitantes das cidades, independentemente de sua adesão religiosa. Um exemplo recente e significativo é a realização da Campanha da Fraternidade Ecumênica sobre “o cuidado da casa comum”, realizada em 2016.

Ainda é preciso assinalar que, nas cidades, o fenômeno da violência urbana tem afetado a vivência religiosa de parcelas da população.

- 1 - Como é a vivência religiosa em sua cidade?
- 2 - E como é a presença das CEBs?
- 3 - Você percebe aproximações e tensões entre os diferentes grupos religiosos?
- 4 - Como se manifestam?

1.2. Processo de urbanização no Brasil

No histórico que se segue são apontados aspectos da urbanização brasileira, realçando as ações dos governos e de outros agentes, as mobilizações populares pelo direito à cidade e suas conquistas.

O **eixo articulador** desta análise é: a cidade contemporânea no Brasil tem sido moldada prioritariamente pelo capital, produzindo e reproduzindo desigualdades. Entretanto, pessoas e grupos –

constituídos a partir de uma identidade política, religiosa, artística ou outra – não ficam totalmente subordinados a essa lógica. Produzem alternativas, que vão desde os movimentos sociais em luta pelo direito à cidade, até formas de reapropriação criativa dos espaços. Por isso, a cidade é não só um espaço de disputas e conflitos, mas também de conquistas e transformações.

1.2.1. A origem das cidades brasileiras

Até o século 16 o território que hoje chamamos Brasil era habitado por 5 a 6 milhões de pessoas pertencentes a mais de mil povos indígenas organizados em **aldeias**. Não existiam cidades. Foram os conquistadores europeus que construíram as que foram, em primeiro lugar, espaços de apoio às **fortalezas**. Protegidos pelos militares, ali vieram morar comerciantes, senhores de terra e escravos, agentes da administração colonial e suas respectivas famílias. Se o espaço rural tinha como núcleo a *casa grande*, as cidades coloniais tinham os grandes *sobrados* das famílias ricas. Já a população livre, mas pobre morava em construções precárias chamadas *mocambos*, enquanto os escravos e escravas vivam nos porões das casas de seus senhores.

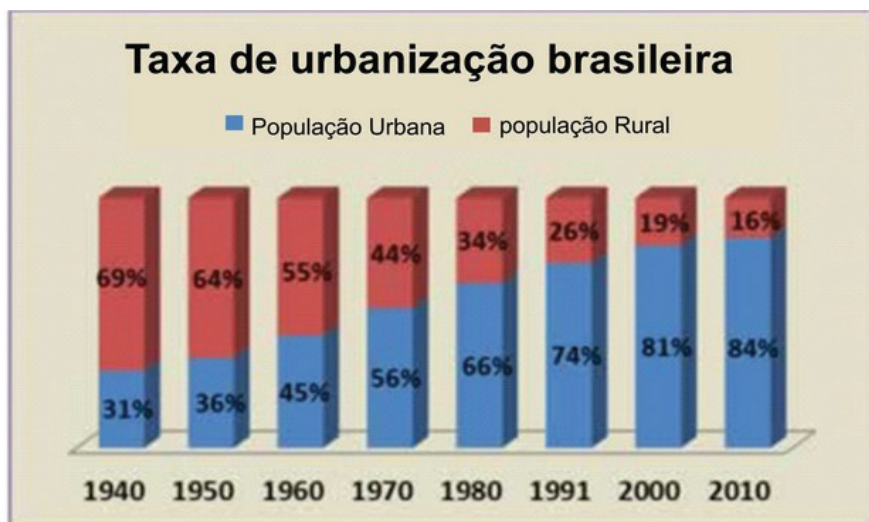
A abolição da escravatura e a primeira industrialização marcam o início da modernização das cidades no século 20. Nessa época a população do Brasil seria um pouco superior a 15 milhões de habitantes, a grande maioria vivendo no campo.

1 - Se você mora numa cidade antiga, identifique os sobrados ou palacetes onde moravam os grandes fazendeiros e suas famílias. O que aconteceu com essas construções quando a cidade se modernizou?

1.2.2. A grande urbanização

Entre os anos 1940 e 1980 o Brasil passou por um rápido processo de urbanização decorrente da implantação de grandes indústrias. Boa parte da população do campo se deslocou para as cidades, em busca de oportunidades de trabalho, seja na indústria, seja nos serviços urbanos. Esta é uma época marcada também pelas migrações das regiões em declínio econômico para os centros motores da economia. A inserção desses **migrantes** em um novo território nem sempre foi tranquila, pois não havia políticas públicas que favorecessem o crescimento dos serviços urbanos para acolher os chegantes. Apesar disso, no espaço de uma geração acabavam por encontrar formas de adaptação ao modo de vida moderno, alicerçado na sociedade de consumo. Assim, no espaço de apenas 40 anos deu-se a inversão: de país predominantemente rural, o Brasil passou a ser predominantemente urbano, como mostra o seguinte gráfico:

Gráfico 1 – Taxa de urbanização brasileira (1940 – 2010) - %



1 - Sua família tem origem rural?

2 - Caso positivo, recorde o que seus pais ou avós contavam da vida na roça. Senão, peça a alguém que narre essa experiência de adaptação ao mundo urbano.

O processo de urbanização no Brasil, em geral obedeceu a um modelo de *urbanização desigual*, porque os investimentos em serviços e infraestrutura urbana – traçado de ruas, serviço de água e esgoto, iluminação pública, transporte público, coleta de lixo, segurança – se concentraram na região central da cidade, deixando as outras regiões menos servidas. Surgem assim as **desigualdades socioterritoriais**. Foi, sobretudo, nas regiões periféricas ou inóspitas que grande parte da população mais pobre se instalou, por falta de alternativas de moradia. Nessas áreas impróprias – morros, manguezais, margens de rios e de mar, ou terrenos abandonados – surgem favelas, ocupações, palafitas, loteamentos irregulares. Esse processo de urbanização é paradoxal, porque inclui sem incluir: a população pobre não se integra efetivamente no espaço urbano. Por isso, estudiosos da questão urbana referem-se a essas áreas sem infraestrutura como *não-cidade* (Raquel Rolnik), *sub-cidade* (Ermínia Maricato), ou como *anti-cidade* (documentos da ONU).

Nestas áreas e nas periferias as moradias seguiram basicamente a prática da **autoconstrução**, em geral bastante precária. Hoje, estima-se que quase metade da população – 46% – construiu sua própria habitação sem projeto de engenheiro ou arquiteto profissional.

Devido a circunstâncias locais, algumas favelas e ocupações situaram-se em locais centrais, quebrando a rigidez da separação entre o centro rico e a periferia pobre. Na medida em que tais áreas ganharam valor imobiliário, as forças do mercado impuseram a

política de remoção de favelas, com a ajuda dos governos da ditadura dos anos 64-/84. Seus moradores se organizaram e resistiram, mas mesmo assim diversas favelas foram removidas e seus moradores transferidos para conjuntos habitacionais nas regiões periféricas. Aliás, ainda hoje essa política de remoção é aplicada sob pretexto da realização de grandes obras urbanas. Assim muitas cidades cresceram desordenadamente em direção à periferia carente de investimento público para as obras de infraestrutura urbana. Nesse processo foram constituídas as primeiras **associações de moradores** de bairros e de favelas, muitas delas vinculadas a agentes políticos populistas. Estes barganhavam apoio político em troca do atendimento a demandas da população, como a extensão de serviços públicos (redes de água, esgoto, energia, transportes, pavimentação) e a instalação de equipamentos públicos (por exemplo, escolas, creches e postos de saúde).

Ainda no período Vargas surgiram as primeiras iniciativas de **política habitacional** para a população de baixa renda. Depois, em 1964, foi criado o Banco Nacional da Habitação (BNH), e as unidades habitacionais financiadas também foram construídas em áreas periféricas. O BNH foi extinto em 1986, passando suas funções para a Caixa Econômica Federal.

- | |
|---|
| <ol style="list-style-type: none">1 - Você conhece algum caso de remoção de favela ou de conjunto de moradias precárias?2 - Quando aconteceu?3 - Houve resistência dos moradores? |
|---|

No início da década de 60 cresceu a mobilização social em favor da política de desenvolvimento social e econômico fundada nas **Reformas de Base**. Tratava-se de realizar mudanças estruturais nos sistemas de propriedade rural e urbana, bancário,

fiscal, eleitoral, administrativo e universitário. A oposição a essas reformas culminou no golpe militar de 1964, que derrubou o presidente, restringiu o direito de livre organização e instalou um regime de exceção no país. Somente a partir da segunda metade dos anos 70 ressurgiram as mobilizações populares no Brasil, em lutas pela redemocratização e pela anistia aos perseguidos políticos; renasce também o movimento sindical e ganham novo fôlego as lutas urbanas.

A mobilização deste período encontra um aliado importante nas Pastorais sociais e nas CEBs que haviam surgido em meados dos anos 60 e desde sua origem tiveram presença significativa nas cidades, onde se engajaram intensamente nas lutas e nas reivindicações locais. Durante a ditadura as CEBs foram um berço para esses e outros **movimentos populares**.

- 1 - Você tem alguma lembrança do período da repressão aos movimentos populares?
- 2 - Partilhe essas lembranças com o grupo e reflita sobre as vantagens do regime democrático agora ameaçado.

1.1.3. A abertura democrática

Na década de 1980 multiplicam-se e ganham força os **movimentos sociais** urbanos e rurais, então favorecidos pela volta das instituições democráticas, o que possibilitou também a criação de novos partidos políticos. Nas cidades, cresce a consciência dos direitos e ganham força as novas associações de moradores, muitas delas lideradas por mulheres. A eleição de parlamentares e prefeitos sintonizados com os movimentos sociais aumenta a participação popular na vida política, possibilitando inovações importantes como os orçamentos participativos e a efetivação dos

Conselhos de Direitos que levam maiores recursos do município para melhorias dos serviços públicos e investimentos em favelas e periferias.

Passo importante foi a mobilização pela **Constituição de 1988**. Em 1987 foi criado o Fórum Nacional da Reforma Urbana com o objetivo de promover políticas que garantissem direitos básicos para todos nas cidades. Os movimentos sociais propuseram a Emenda Popular da Reforma Urbana, com a inclusão plena dos moradores da cidade; a ampliação da participação popular nas políticas urbanas; e o reconhecimento da função social da propriedade urbana. Embora essas conquistas não tenham sido completas, a nova Constituição estendeu a experiência dos instrumentos de participação popular (conselhos, conferências e audiências públicas) aos três níveis da federação (Municípios, Estados e União) e reconheceu a função social e ambiental da propriedade, ou seja, que a cidade não pode ser guiada apenas pelas regras do mercado imobiliário.

Essa luta pela **Reforma Urbana** – um modelo de cidade mais justa com o direito à moradia digna para todos – que prossegue até nossos dias, tem sido levada adiante por diversas organizações, como a Confederação Nacional de Associações de Moradores, a União Nacional por Moradia Popular, o Movimento Nacional de Luta pela Moradia, a Central dos Movimentos Populares, o Movimento dos Trabalhadores sem Teto e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas, com a assessoria de profissionais da área. As CEBs fortaleceram as mobilizações populares por melhores condições de vida nas cidades e pela efetivação de direitos de cidadania, por meio de muitos de seus membros atuando e mesmo liderando essas entidades.

- | |
|--|
| <p>1 - Você já participou de algum movimento em favor da Reforma Urbana?</p> <p>2 - Partilhe com o grupo essa experiência de participação.</p> |
|--|

1.1.4. A receita neoliberal

Na última década do século 20 difundiu-se pelo mundo o modelo econômico neoliberal que impõe a desregulamentação, a flexibilização e a privatização, e o conseqüente recuo do Estado e suas políticas sociais. Seu impacto nas cidades foi profundo ao favorecer o **mercado imobiliário** sem impedir a especulação realizada por quem adquire terrenos apenas para revendê-los a preço mais alto. Como a valorização imobiliária está associada a investimentos na infraestrutura e em serviços urbanos na região, os especuladores procuram influenciar o poder público para beneficiar suas áreas sem considerar o interesse geral.

Aplicado **no campo**, o modelo neoliberal favoreceu a concentração fundiária e o desenvolvimento do agronegócio nas áreas do Cerrado e da Amazônia, expulsando camponeses que intensificaram as ocupações de terra ou migraram para as periferias urbanas. Isso ampliou a extensão das cidades e não raro comprometeu áreas de proteção ambiental ou de risco geotécnico.

A vitória eleitoral de grupos neoliberais de 1989 a 1998, bem como as dificuldades econômicas do Brasil causaram o **refluxo** dos movimentos sociais. Ele coincide com a diminuição da ênfase sócio transformadora das CEBs, que passam por uma conjuntura eclesial desfavorável devido à transferência do apoio institucional a outras expressões religiosas do catolicismo.

Mesmo assim, registram-se alguns **avanços institucionais**. Em 2001, foi aprovado o Estatuto da Cidade, com a obrigatoriedade de elaboração de Planos Diretores, uma legislação urbanística

específica para áreas precárias, principalmente programas de regularização das favelas, incorporando-as à cidade. Essas iniciativas marcam uma perspectiva inovadora, no sentido de reconhecer uma grande parcela da população urbana como cidadãos, e seus locais de moradia como parte da cidade. No que tange às favelas foram realizadas experiências de urbanização.

Entretanto, a lógica neoliberal continuava a desconhecer a política urbana e seu requisito central, o uso e a regulação do solo. Por isso os avanços institucionais não conseguiram **impor limites** à especulação imobiliária. Ao invés de aplicar os instrumentos urbanísticos conquistados o que se vê, em muitos casos, é o Estado agindo na radicalização da segregação territorial.

Neste período adquirem visibilidade **expressões culturais** criadas nos espaços populares que vão muito além do samba: grupos musicais de estilos diversificados, companhias teatrais e de dança, saraus poéticos, uma produção literária própria e o grafite, que passa a ser considerado como expressão artística e envolve particularmente a juventude. Estes aspectos evidenciam a efervescência do que tem sido chamado de “cultura da periferia”.

1 - Você conhece algum exemplo de especulação imobiliária em sua cidade?

2 - O Poder público favoreceu ou criou dificuldades para essa especulação?

1.1.5. O social-desenvolvimentismo

O ano de 2003 marca o início da política social-desenvolvimentista dos governos Lula e Dilma. A experiência anterior de governos municipais e estaduais liderados pelo PT com apoio de movimentos sociais levou o governo federal a dar

atenção às demandas populares, desde que não contrariassem a política macroeconômica de inspiração neoliberal.

Uma das primeiras medidas foi a criação do **Ministério das Cidades** e mais tarde a implantação do Conselho das Cidades (com participação dos movimentos populares) e a realização das Conferências da Cidade, para discutir propostas de construção do Direito à Cidade. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) lançado em 2007 previa investimentos importantes nas áreas de saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos. Em sua segunda fase, ele incorporou o programa de financiamento habitacional *Minha Casa, Minha Vida*, iniciado em 2009.

No entanto, o social-desenvolvimentismo curvou-se ao pensamento neoliberal ao adotar o *urbanismo de mercado* que, ao recuperar áreas obsoletas e abandonadas das cidades faz delas alvo do interesse imobiliário e acabaram sendo incorporadas a grandes **empreendimentos privados**. Em geral seus moradores se viram obrigados a sair, seja por meio de remoções forçadas seja por sua incapacidade de arcar com o aumento do custo de vida naqueles locais.

Existe, portanto, uma **contradição** entre um urbanismo conduzido pelo Estado e comprometido com a *reforma urbana* democrática e outro calcado no favorecimento ao capital privado. Foi o que ocorreu com as grandes obras para a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, levando a remoções para intervenções urbanas em vistas à realização daqueles eventos; tais remoções provocaram fortes reações da população afetada. O legado desses megaeventos representou uma contribuição positiva para a mobilidade urbana, mas implicou também em muitas perdas para os setores populares, devido às remoções. Ao final, muitas dessas obras monumentais ficaram sem utilidade.

Foi nesse contexto que em junho de 2013 sucederam-se **manifestações** em muitas cidades brasileiras, reivindicando mais e melhores políticas urbanas associadas ao exercício do Direito à Cidade, expressão que é o eixo aglutinador das lutas urbanas.

Hoje a **política urbana** continua a produzir segregação sócio-espacial, principalmente nas grandes metrópoles que têm em média quase metade de sua população vivendo em condições precárias de favelas, loteamentos irregulares, conjuntos habitacionais, cortiços, ocupações urbanas ou mesmo na rua. Apesar da legislação recente, as cidades continuam desiguais. Não se pode negar que houve uma série de conquistas que, embora não tenham revertido a *urbanização de mercado*, representaram avanços em direção à Reforma Urbana. Já existe conhecimento técnico suficiente, uma série de leis bem elaboradas e um grau bastante elevado de informações. A grande questão está em como colocá-los efetivamente em prática. No entanto, cada vez mais são impostas limitações a esses instrumentos jurídicos, notadamente após o *golpe do impeachment* de 2016.

1 - Ao concluir esta segunda parte, lembre tudo o que foi tratado e debata com o grupo sobre a questão fundamental para as cidades no Brasil: é possível realizar-se uma verdadeira Reforma Urbana?

JULGAR

2. *Julgar*: Deus habita a cidade

*“Eu vi..., eu ouvi os clamores do meu povo e desci para libertá-lo”
(Ex 3,7)*

O lema do 14º Intereclesial quer inspirar a caminhada das CEBs hoje, reafirmando a ação de Deus em favor da humanidade machucada e ferida. A Bíblia fala sempre de um duplo movimento: o êxodo humano em direção a Deus, e o advento de Deus em direção a Sua criação. Também hoje, em meio às opressões do mundo urbano, podemos identificar este agir divino na história humana. Partimos do exemplo do apóstolo Paulo, que viveu a cidade como um desafio missionário, porque sua vida e seus escritos nos ajudam a entender a **inculturação** do Evangelho no mundo urbano. Na segunda parte trazemos uma fundamentação teológica para a ação das CEBs baseada na prática de Jesus de Nazaré e nos ensinamentos do magistério recente da Igreja, sobretudo os do Papa Francisco, que insiste na necessidade de mudarmos de atitude em relação aos desafios da cidade.

2.1. Paulo de Tarso: um cidadão que escuta o clamor do povo

Muitas **frases** do apóstolo Paulo foram tomadas ao pé da letra para justificar o poder dos senhores de escravos, a submissão das mulheres, a opressão dos governantes e a discriminação de judeus, homossexuais e pacifistas. Em sua origem essa interpretação fundamenta o projeto de comunidades cristãs interessadas em inserir-se dentro da ordem imperial, o que ocorreu sob o patronato de Constantino (século IV), quando o cristianismo tornou-se religião oficial do império.

Elas passam a imagem do apóstolo como alguém alheio às questões sociopolíticas do seu tempo e preocupado apenas em organizar comunidades cristãs. Essa **manipulação** do pensamento paulino ainda hoje legitima a ordem capitalista mundial, o antifeminismo, a violência racial, a intolerância religiosa, enfim, a discriminação de quem é diferente. Libertar a humanidade do poder da morte pede que libertemos Paulo da ideologia que o amarrou aos poderes do mundo.

Convidamos o leitor e a leitora a colocar colírio nos olhos para limpar a visão ao **ler Paulo**. Outro horizonte se descortina à nossa frente: ele estava estabelecendo de modo enérgico *ekklesia* entre as nações, isto é, *assembleias* alternativas às *assembleias* oficiais das cidades greco-romanas (Gl 3,28; 1Cor 7,29.31). A palavra *igreja* deriva de *ekklesia*. É o que refletiremos mais à frente.

2.1.1. A cidade forma Paulo

O ambiente em que uma pessoa nasce e se cria forma seu caráter, sua personalidade. O ambiente nos forma. Foi assim com Paulo. Ele é pessoa da **cidade**.

Paulo nasce em Tarso, capital da Cilícia, na Ásia Menor (At 9,11; 21,39; 22,3), que tinha cerca de 300 mil habitantes, um porto muito movimentado e era um importante centro de cultura. De família judaica, descendente da tribo de Benjamim e observante das tradições de seu povo, Paulo foi educado conforme a interpretação farisaica da Lei (Fil 3,5; 2Cor 11,22; Rom 11,1). Como em Tarso havia uma renomada escola de filosofia e retórica, pode-se pensar que ele tenha frequentado essa escola e enriquecido sua **formação judaica** com a formação helenista. Na escola do Rabi Gamaliel (At 22,3) em Jerusalém completará sua formação com o

estudo (1) da Lei, até conhecê-la de cor, (2) da *Halaká* – a tradição dos fariseus, (3) da *Hagadá* – as histórias do passado, descritas na Bíblia, e (4) as regras do *Midrash* – a interpretação da Bíblia. Seu próprio nome expressa suas raízes culturais: Saul, rei israelita, em grego se torna Saulo; o jovem judeu da diáspora assume o nome Paulo, forma grega do latim *Paulus*, foneticamente similar ao seu nome judaico (At 7,58; 8,1).

A cidade de Damasco torna-se o divisor de águas em sua trajetória. Ele descreve essa experiência como queda, luz e cegueira (At 9,4-9): o Crucificado se identifica com os perseguidos, está presente e vivo na comunidade. Após essa experiência que dura três dias, como a indicar sua morte e ressurreição, Saulo torna-se Paulo, chamado a ser o apóstolo dos gentios nas cidades **greco-romanas** (Gal 1,16; 1Cor 9,1). Acolhido pela comunidade cristã em Antioquia, esta será sua comunidade de referência e onde receberá do Espírito o envio para missão (At 11,19-30; At 13,1; Gal 2,11). Dali parte em missão às cidades da Ásia Menor e Grécia. Nessa itinerância se declarará cidadão romano (At 22,25-29) e terminará seus dias em Roma, capital do império (At 28,16.30-31).

As cidades formaram Paulo: nelas nasceu e se tornou adulto. Em Tarso, com o leite materno bebeu da fonte do judaísmo da diáspora, onde a fidelidade à lei judaica se corria de filosofia e poesia grega; em Jerusalém, bebe da fonte do judaísmo rabínico fiel ao Deus na vida na formatação da Lei; Damasco o põe em xeque: o Deus que vê e ouve o clamor de seu povo, que se encarnou na história em Jesus de Nazaré – o crucificado e ressuscitado – vive na comunidade e se identifica com os crucificados da história; a comunidade cristã multicultural de Antioquia o acolhe e envia às cidades onde urge anunciar a Boa Nova de Jesus o Cristo. **Cidadão**

romano conhece por dentro a estrutura opressora e excludente do Império e das cidades greco-romanas. Conhece sua força de irradiação e nelas vê e ouve e o clamor do povo marginalizado e escravizado; ousa então abrir trilhas que saem do traçado, fiel ao Deus que vê e ouve o clamor do povo, se enxertando em Jesus de Nazaré o Cristo, anunciando a Boa Nova da liberdade, igualdade e solidariedade.

- 1 - Você costuma evitar certas passagens dos escritos do apóstolo Paulo que parecem excessivamente conservadoras?
- 2 - O que significam para você formação judaica e cultura greco-romana?
- 3 - Provoque um debate em grupo sobre essas questões que muitas vezes dificultam a leitura de Paulo para o dia de hoje.

2.1.2. A tradição israelita herdada por Paulo

“Eu vi..., eu ouvi os clamores do meu povo e descii para libertá-lo” (Ex 3,7) é a memória fundante da fé israelita. Palavras que evocam o olho d’água que deságua no rio da história do povo de Israel, dos profetas, de Jesus, de Paulo, das Primeiras comunidades e que o papa Francisco retoma hoje, nos indicando o chão aonde afundar nossas raízes e de qual seiva beber.

O povo que sofre opressão no Egito é reconhecido como filho primogênito (Ex 4,22): Javé **caminhará a seu lado** ao sair do Egito, passar o mar, caminhar no deserto, atravessar o Jordão e ocupar Canaã para assentar-se e viver na terra. Tomar posse de um território, não de uma terra, pois esta já estava ocupada. No território ser povo que recebeu uma missão: conviver com seus vizinhos, cultivar e cuidar da terra, se organizar econômica e politicamente de tal forma que tenha “vida longa e feliz sobre a terra” (Dt 5,16).

A passagem do rio Jordão leva a uma história de conquista e posse que mais tarde servirá a projetos colonialistas. A tradição patriarcal da *Terra Prometida* foi usada a serviço do racismo étnico e religioso. No Jardim do Éden que poderia ser Canaã, o povo precisa **aprender** novamente a se relacionar, aprender que a terra e o povo devem ser tratados com respeito. A água flui da vida (mar da Galileia), mas corre para a morte (mar Morto). O percurso entre a vida e a morte deve ser navegado por meio de opções éticas humanizadoras. São os profetas que retomam o tema da *Terra Prometida* ao denunciar a falta de justiça na monarquia e manter viva a tradição libertadora de Javé entre os pobres.

Essa memória fundante nascida na experiência do **êxodo** e sempre renovada pelos profetas, deságua em Jesus Cristo. Fiel a esta memória, ele anunciou a Boa Nova do Reino na Palestina, numa cultura predominantemente rural. Ao assumir esse Evangelho, Paulo quer anunciar a Boa Notícia de Jesus no mundo greco-romano que é eminentemente urbano. Nasce a pergunta: como Paulo se enxertou na utopia de Jesus de Nazaré?

Jesus passou 30 anos de sua vida nos arredores de Nazaré, vila próxima das cidades de Cafarnaum e Séforis compartilhando a vida do povo. Na Galileia percebeu que a estrutura de dominação do império romano e a estrutura religiosa do judaísmo oficial haviam desintegrado e quebrado as relações da *casa*, as antigas relações de **solidariedade** no meio do povo. A memória histórica do êxodo, dos profetas, dos *anawim*, dos pobres, de Javé que caminha na história do povo, o levam a sair de Nazaré e percorrer os caminhos da Galileia, Samaria, Judeia para reconstruir as relações da *casa*. **Caminho – casa – mesa** são os três vocábulos que guiam toda narração das comunidades na Obra de Lucas, herdeira de Paulo. Desde o ventre da mãe Jesus se coloca a

caminho, entra nas casas, senta à mesa e transforma e reconstrói as relações: econômicas, políticas, sociais, de classe, gênero, etnia, religião. Reconstruir a *casa* é apressar a vinda do Reino de Deus no meio dos pobres, os excluídos da história. O casal de Emaús é o ícone das primeiras comunidades: *caminho – casa – mesa – missão*: nele vislumbramos a semente das CEBs.

O Movimento de Jesus é a continuidade desta utopia: reconstruir as relações da *casa*. Os pequenos quadros nos Atos dos Apóstolos nos falam desta utopia e seus primeiros passos, experiências ousadas com acertos e desacertos, sendo conhecidos como “Os do Caminho” (At 2,42-47; 4,32-35; 5,12-16). Somente em Antioquia, capital da Província romana da Síria, uma Roma em miniatura, é que terão sua identidade reconhecida e serão chamados de “cristãos”. É nesta comunidade eclética e circular que Paulo é acolhido e escolhido para fazer parte da equipe missionária (At 13,1ss). Saulo que se tornou Paulo no caminho de Damasco compreende que o Movimento do Caminho é continuidade, é a concretização histórica da memória profética de Javé libertador, da utopia de Jesus de Nazaré: reconstruir a *casa*. Em sua itinerância ele vai viver essa utopia, ousando **inculturá-la**.

Enxertada no mundo greco-romano, a Boa Nova da ***casa*** **torna-se *ekklesia***. Sua Nazaré será a periferia das cidades, o mundo do trabalho manual, seguindo a opção de identificar-se com os últimos, como Jesus de Nazaré. Desse lugar social anunciará o Evangelho que é de Deus, a Boa Notícia de Jesus o Cristo (1Ts 2,1-7). Convoca a constituir a *ekklesia* “na casa de...”, como alternativa à *ekklesia* das cidades. Em 1Cor 1,26-31, delinea o retrato dessa *ekklesia* alternativa “*entre vós não há muitos sábios... poderosos..., mas Deus escolheu o que não é para confundir o que é...*”. Retrato expresso magistralmente na

profissão batismal de Gl 3,28: “*Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher, pois todos vós sois um em Cristo Jesus*”.

A *ekklesia* greco-romana era a assembleia da cidade, formada por quem tinha o estatuto de cidadão, garantido pela posse de bens, de nome, de saber. Representava o poder de uma elite que excluía cidadãos não-residentes, artesãos, trabalhadores manuais, mulheres e, obviamente, os escravos. Na *ekklesia* paulina vive-se a **circularidade** dos bens, do poder, do saber, dos afetos: ser cristão é ser membro do corpo de Cristo comprometido em fazer circular a vida (1Cor 12,12ss). Não se amolda à lógica do mundo (Rm 12,2), e proclama a cidadania da liberdade, da igualdade, da solidariedade (Gl 5,1).

1 - Como você vê a relação entre casa e mundo rural, por um lado, e *ekklesia* e mundo urbano, por outro?

2 - O que a casa e a *ekklesia* têm em comum?

2.1.3. Ai de mim, se não anunciar o evangelho!

*Anunciar o evangelho não é título de glória;
é antes uma necessidade que se me impõe.*

Este versículo está inserido no longo capítulo 9 da 1ª Carta aos Coríntios e nasce de uma polêmica sobre a autenticidade da vocação de apóstolo de Paulo, que discordava de outros missionários e da própria comunidade quanto à remuneração dos missionários. Levantavam-se muitas **críticas** a ele: não era apóstolo por não ser dos *doze*, não havia conhecido pessoalmente Jesus, gostava de comer e beber, tinha mulheres em sua equipe, fazia questão de anunciar o evangelho gratuitamente... Algumas

peças não entendiam o motivo dele nada receber em troca do trabalho de evangelização, e se misturar com todos (1Cor 9,2.4.5.19-23). Paulo teria aceitado estas críticas, mas não aceitava que se colocasse em dúvida sua autenticidade de apóstolo e missionário. Ele tinha profunda consciência do seu ser apóstolo.

Para Paulo duas coisas são preciosas: a **gratuidade** com que vive sua vida apostólica, e o amor de predileção pelos fracos, os **últimos**. Estes são dois aspectos da mesma realidade: a *ágape* cristã. Com certo orgulho ele afirma: “não acumulei, não desejei, nem exigi o direito do apóstolo de ser mantido pela comunidade” (1Cor 9,12-14). Sustentava-se pelo trabalho manual e não queria que alguém pensasse que tirava vantagem de seu ministério (2Cor 8,18-22; 12,13-18). Escrevendo aos cristãos de Tessalônica relembra as condições que acompanharam sua presença no meio deles: o desinteresse foi a marca registrada de sua pregação a fim de que ninguém duvidasse da pureza de suas intenções (1Ts 2,1-9; 2Ts 3,7-8).

O **trabalho** é importante na vida do ser humano e do cristão. Por meio dele nos tornamos colaboradores e parceiros na obra da criação. O trabalho missionário torna a pessoa colaboradora e parceira de Jesus na construção do Reino. Por isso Paulo chama-se a si mesmo e a Timóteo de “servos”: sente em profundidade seu ser apóstolo e não vive sua vocação sozinho, mas junto a colaboradores, homens e mulheres (Rm 16,1-16). Com eles e elas forma uma comunidade, semente daquelas que irá formar nas cidades que visita. “... à Igreja que está em Corinto, na Galácia, em Tessalônica, em Filipos, em Roma...” (Fl 1,1; 1Cor 1,1; 2Cor 1,1; Gl 1,1; 1Ts 1,1).

O texto de 1 Cor 9,1-27 conclui com a imagem do atleta que corre no estádio e a do pugilista, que esperam ganhar uma coroa

imperecível. A missão é como corrida olímpica e luta de pugilista: exige preparo e eficiência. **Missão** é tarefa fundamental da Igreja: define-se *em saída*, enviada. É a dimensão da Igreja que se abre para além de si mesma: ser fermento em meio a outras culturas e religiões.

Na época de Paulo era comum a prática missionária. Mestres religiosos e filósofos viajavam divulgando seus ensinamentos. Andavam de cidade em cidade, pregavam nas casas e nas praças, reuniam gente em nome de uma ou outra divindade. Paulo também adota o sistema de **itinerância** e de apoio das casas, e vai mais além em sua típica radicalidade. Não quer depender das pessoas. Cria espécies de cooperativas de trabalhadores. Como ele era fabricante de tendas, reunia os tecelões, e aí, trabalhando, pregava o Evangelho, ou, se preferirmos, pregando o Evangelho, trabalhava.

1 - O que significa para Paulo evangelizar?

2 - Será que quando se fala hoje de evangelização é a mesma coisa?

2.1.4. Comunidades da cidade e o império

Paulo, filho da cidade, dá continuidade à vocação **profética** inserindo-a no movimento **apocalíptico** de modo a criar um pensamento alternativo ao pensamento ideológico do império romano. A profecia nascida entre o povo de Israel sentia-se responsável pela história porque tinha o poder de interferir na monarquia israelita. Mas a partir do momento em que o povo de Israel faz experiência de ser uma pequena etnia em meio aos grandes impérios e percebe que a história foge ao seu controle, a profecia renasce na forma apocalíptica. Não nasce mais do

lado de quem se sente dono do destino do povo, mas do lado dos pequenos, privados de qualquer poder e oprimidos por quem domina a história. Profecia e apocalíptica são expressão da fé em Javé: aquele que era, que é e que vem.

A **fé apocalíptica** anima a resistir na luta, criando pensamento e práticas alternativas. Fruto da fé teimosa dos pobres, a apocalíptica acredita que Deus está com eles e os conduz, embora a lógica do poder domine. Essa fé em Deus que continua sendo o Senhor da História dá a capacidade de ler a história e, assim, resistir ao poder que os ameaçava, perseguia e marginalizava.

Quando se constituem as comunidades cristãs no meio do poderoso império romano, elas nascem justamente como grito de **esperança**. De uma esperança que é “escândalo” e “loucura” (1Cor 1,21-25), porque não corresponde à racionalidade do poder e sim à experiência da cruz. Racionalidade incompreensível para os poderes deste mundo (1Cor 2,2-8). Frente ao poder imperial hegemônico em todos os campos, frente à arrogância do imperador que se proclama “senhor”; frente à divinização do seu poder totalitário, as comunidades do Crucificado – formadas por quem está à margem, sem acesso ao poder do “senhor” – parecem algo insignificante e até ridículo. Que esperança tinha a nascente comunidade cristã de sobreviver, de impor sua existência, sua fé? *“Para anunciar o evangelho sem recorrer à sabedoria da linguagem, a fim de que não se torne inútil a cruz de Cristo. Com efeito, a linguagem da cruz é loucura por aqueles que se perdem, mas para os que se salvam, para nós, é poder de Deus”* (1Cor 1, 7b – 31).

Ao escrever isso Paulo manifesta sua lucidez: o que são e o que valem os da comunidade de Corinto na organização da cidade? O que representam diante da estrutura massificante do Império?

Eles são um nada, numérica e qualitativamente, porque não têm nenhum poder. Aquela estrutura, o “dragão” (Ap 12) tinha força e meios para esmagá-los. Crer nas comunidades era “loucura” e “escândalo”. Mas é nesse pensamento radicalmente **alternativo** que Paulo aposta.

Ao escrever aos cristãos de Tessalônica e seus irmãos da região sobre o sentido de suas lutas, padecimentos e mortes, diz Paulo: *“Empenhai a vossa honra em levar uma vida tranquila, ocupai-vos dos vossos negócios, e trabalhai com as vossas mãos, conforme as nossas diretrizes. Assim levareis uma vida honrada aos olhos de fora, e não tereis necessidade de ninguém...”* (1Tess. 4,10 – 5,11). Essas palavras fogem à ideologia dominante e coloca outro universo ideológico capaz de alimentar a utopia e a esperança. Esperança que se transforma em **identidade**: “nós que cremos”. Essa fé alternativa gera reconhecimento, união e força para resistir aos “de fora” que proclamam uma paz e uma segurança ilusórias. Num mundo que despreza o trabalho manual e o povo da roça, e só preza os sábios, os espirituais, os cidadãos, Paulo estimula os tessalonicenses a viverem orientados por outros valores da vida cotidiana.

Paulo se revela profundo leitor dos **sinais do tempo**. Como escreverá mais tarde o autor do Apocalipse, a estrutura do Império romano é como um dragão e a mulher grávida são as frágeis comunidades cristãs. Nessas condições, o confronto direto é morte, é suicídio. O caminho deve ser o do cupim, que silenciosa mas tenazmente, corrói as raízes do mal. Ao viverem a proposta de Jesus Cristo nas comunidades, os cristãos criam outro universo ideológico e, resistindo ao dragão que quer engolir tudo, mantém viva sua identidade e sua esperança.

São esses pensamentos, reflexões, perguntas que fazem nossa cabeça **fervilhar**. Fervilhar como a cabeça de Paulo devia fervilhar ao escrever a Carta aos Gálatas. Como devia fervilhar quando lhe falaram das divisões na comunidade de Corinto. Como devia fervilhar ao olhar a atitude passiva dos cristãos de Tessalônica que esperavam a volta iminente de Jesus. Como devia fervilhar para encontrar as palavras certas para escrever a Filemon e falar de escravidão e exclusão. Como devia fervilhar quando deu voz ao gemido da criação cativa. Como devia fervilhar ao refletir a respeito da experiência de liberdade após o acontecimento de Damasco. Como devia fervilhar ao se interrogar sobre os passos a serem dados para que outros e outras pudessem viver esta experiência tornando-se igreja - assembleia - casa - comunidade - espaço de relações alternativas.

Talvez nos falte hoje nos deixar desafiar, deixar borbulhar perguntas, deixar a cabeça fervilhar, ousar sair do traçado. Como Paulo ousou.

- 1 - Você já tinha percebido a linguagem apocalíptica nos escritos de Paulo?
- 2 - O que você entende por linguagem apocalíptica?
- 3 - Converse com o grupo e veja o que diz cada pessoa.

2.1.5. Ousadias do apóstolo Paulo

Sair do traçado é o que Paulo fez. Sair do traçado judaico. Sair do traçado de cidadão romano. Sair do traçado dos critérios apostólicos. Sair do traçado e deixar-se guiar pela força da Palavra, pela força do Espírito, pela força dos acontecimentos. Sair do traçado é abrir picada, abrir caminho novo.

Num mundo de escravidão, Paulo com ousadia anuncia o evangelho da **liberdade**. *“É para a liberdade que Cristo nos libertou... vós irmãos, fostes chamados à liberdade...”* (Gl 5,1.13). **Contra o regime** que usa pessoas como ferramentas de trabalho, devolve sua dignidade numa nova relação *“... não mais como escravo, mas bem melhor de que como escravo, como irmão amado: muitíssimo para mim e tanto mais para ti, segundo a carne e segundo o Senhor.”* (Flm16).

Contra a escravidão religiosa, amarrada a práticas exteriores e muros de separação que impediam a verdadeira experiência espiritual, Paulo propõe a relação filial *“... recebestes um espírito de filhos adotivos, pelo qual clamamos: Abba! Pai”* (Rm 8,15).

Contra o patriarcado que fazia das mulheres cidadãs de segunda categoria, sob a jurisdição do pai ou do marido, Paulo afirma que *“a mulher não dispõe de seu corpo; mas é o marido quem dispõe. Do mesmo modo, o marido não dispõe de seu corpo; mas é a mulher quem dispõe.”* (1Cor 7,4). Mais que isso, as apresenta como suas colaboradoras, reconhece sua autoridade e seu direito de profetizar (Rm 16,1ss ; 1Cor 11,5a)

Essa **ousadia** em falar de liberdade num mundo de escravidão nasce de sua experiência da liberdade. *“Não sou, porventura, livre?... ainda que livre em relação a todos, fiz-me servo de todos...”* (1Cor 9,1.19). Essa experiência o torna capaz de ler o momento histórico para traçar o caminho: criar uma linguagem, um pensamento, ideias-força e crenças em contraposição ao sistema vigente. Coloca em xeque a circuncisão e faz sentar à mesma mesa judeus e gregos. Torna-se então capaz de traduzir a boa notícia nascida no mundo rural para o mundo da cidade: incultura a Boa Nova do Reino, enraizada na religião judaica, no ambiente pluricultural e plurirreligioso onde vive. Essa experiência de liberdade o faz orar: *“Ele é a nossa paz: de ambos os povos fez um só...”* (Ef 2,14-18).

Liberdade, palavra valorizada em todos os tempos. Hoje liberdade implica direitos individuais e de cidadania, valores que são as duas faces da mesma moeda, mas na cidade frequentemente entram em conflito. Quanto mais cresce a consciência da dignidade do ser humano e seus direitos, mais parecem fortalecer-se as estruturas e os mecanismos que negam na prática os valores democráticos e os direitos que as lutas conquistaram. É o grande conflito que a humanidade vive e sempre viveu: a dicotomia entre teoria e prática; o abismo entre **o pensar e o agir**. É o conflito que Paulo expressa em Rm 7:

Verifico, pois esta lei: quando eu quero fazer o bem, é o mal que se me apresenta. Eu me comprazo na lei de Deus segundo a pessoa interior; mas percebo outra lei em meus membros, que peleja contra a lei da minha razão e que me acorrenta à lei do pecado que existe em meus membros. Infeliz de mim! Quem me libertará deste corpo de morte? (Rm 7,21-24).

A experiência de liberdade faz discernir entre as verdadeiras e falsas saídas. O conflito interior leva ao **medo**, que busca defesa em pedagogos, mestres, segurança, muros de proteção e, no limite, à idolatria. Torna Deus o que não é Deus. É o caminho da falsa segurança, que projeta fora de nós o poder que deveria estar em nosso interior e gera isolamento, fechamento nos próprios interesses, nas próprias ideologias. Esse caminho de autoritarismo, autossuficiência e arrogância não tem a aprovação de Paulo. Seu caminho é buscar a própria segurança a partir de dentro de si, é o caminho da autonomia no Espírito.

“A Lei do Espírito da vida em Cristo Jesus te libertou da lei do pecado e da morte... Vós não estais na carne, mas no espírito, se é verdade que o Espírito de Deus habita em vós... Todos os que são conduzidos pelo Espírito de Deus são filhos de Deus. Com efeito, não recebestes um espírito de escravos, para recair no temor, mas recebestes um espírito de filhos adotivos pelo qual clamamos: Abbá, Pai” (Rm 8,2.9.14-15).

O Espírito age em nós e nos faz ver o universo como a casa a ser respeitada e assumir o outro, a outra, como integrante da nossa realização e felicidade. Esse é o caminho do amor que vence o medo. Amor que interioriza as necessidades da outra pessoa. Ao viver nessa dimensão anulamos a conflitividade entre liberdade e cidadania, pois é a vivência do **poder pelo serviço**: as exigências da outra pessoa são assumidas e internalizadas. *“Fostes chamados à liberdade, irmãos. Entretanto, que a liberdade não sirva de pretexto para a carne, mas pela caridade, colocai-vos a serviço uns dos outros.” (Gl 5,13).*

A liberdade, a caridade, o poder como serviço e cuidado questionam as estruturas do mal. Não podemos fugir do poder. O poder é. Nós somos poder. Não há como escapar: viver implica poder. A questão está ligada ao **exercício do poder**: autoritário ou participativo; concentrado ou partilhado; dominador ou servidor; impositivo ou em busca de consenso. O serviço é o jeito cristão de exercer o poder. *“Tende em vós os mesmos sentimentos de Cristo Jesus...” (Fl 2,5).* Afirmar isso é provocar perguntas e questionamentos incômodos em igrejas que têm medo de viver a experiência de liberdade e de cidadania. Assumir isso é assumir que a Boa Notícia do Reino tem dimensão política e nos compromete nas mudanças da sociedade. Aponta-nos o lugar social de onde o novo deve brotar e quem são os protagonistas do processo.

- 1 - A igreja na qual você participa ajuda a fazer a experiência de liberdade e cidadania, como propõe o apóstolo Paulo?
- 2 - Ela pratica a partilha do poder, ou permite a competição pelo poder?
- 3 - Converse com o seu grupo e veja o que diz cada pessoa.

2.1.6. O que é loucura... O que é escândalo...

Inculturada pelas comunidades paulinas nas cidades greco-romanas, a Boa Nova do Reino se torna a Boa Nova da cidadania, da liberdade, da solidariedade, da igualdade, da inclusão... Mas esse caminho passa pela cruz. Cruz é discurso complicado: fala de opressão, escravidão, dominação. Cruz é realidade negativa. Como, então, a **Cruz se torna Boa Notícia**? O fundamento desta transformação está na cruz de Cristo. Em Jesus de Nazaré a cruz se torna Boa Notícia. O Enviado de Deus, Jesus de Nazaré, na morte na cruz foi rejeitado pelo judaísmo, mas esta rejeição não foi um ato aceito passivamente, foi entrega de sua vida como caminho a ser percorrido até o fim em sua luta pela liberdade humana.

As primeiras comunidades cristãs ensaiam novas relações sociais e abrem espaços de convivência **alternativos** ao sistema da sinagoga e ao sistema das cidades greco-romanas. Alternativo ao sistema da sinagoga porque não obedecem às normas da Lei: obedecem ao espírito e não à carne, e assim fazem ruir os muros de separação. Alternativo ao sistema greco-romano porque fogem do clientelismo imposto por pessoas de renome, que usavam o poder para ostentar maior brilho e prestígio. Quem não entrava num dos dois sistemas ficava à margem, excluído, rejeitado pela sociedade.

As comunidades cristãs acolhem os excluídos e rejeitados pelo sistema, e assim a cruz se faz presente nas comunidades por meio dos crucificados. Se a cruz é **rejeição assumida** e gera vida, também nas comunidades, os rejeitados, os crucificados começam a ter vida nova: ressuscitam pelas relações novas ensaiadas. Aí reside o prestígio popular das comunidades cristãs: praticam a solidariedade, estendendo-a também a não-cristãos. Acolhem as pessoas que, tendo saído de sua terra em busca de uma vida melhor nas cidades greco-romanas, encontravam-se desprotegidas, especialmente órfãos, viúvas e pessoas empobrecidas. Oferecem-lhes a comida partilhada, abrigo e sepultamento digno.

Essa **prática denuncia** o poder imperial: Paulo observa o sistema greco-romano, e vê que os fracos sustentam os fortes. As vítimas são os fortes! Perceber isso é penetrar na falsidade do sistema. A sociedade marginaliza, gera a apartação social. À margem, excluídos, afastados do convívio, diferentes, são culpados do desequilíbrio social. A cruz desnuda revelando quem são os verdadeiros culpados: o rico, quem pensa saber tudo, quem é de família renomada, quem tem poder e não compartilha, quem oprime, quem exclui (1Cor 6,1ss).

A cruz denuncia também a **religião** que busca num Deus todo poderoso a segurança pessoal, a coesão social, a legitimação dos projetos humanos. A religião de um Deus coroado e sentado num trono, a religião que usa a seu favor a fraqueza humana, revela sua contradição: quanto mais se afirma o poder religioso, mais se alienam as pessoas, convencidas de sua enorme fraqueza. A cruz denuncia isso, pois nela se vê a revelação do Filho de Deus em sua plenitude: na maior fragilidade a mais alta revelação de Deus. Não um Deus todo poderoso que resolve todos os nossos problemas, mas um Deus todo amoroso que aguenta conosco as dificuldades da vida.

A cruz revela o totalmente diferente: aponta o caminho que convida a assumir a vida como cruz a ser resgatada. Assumir a vida como cruz não significa passividade ou, resignação, mas sim empenho na **eliminação das cruces** criadas pelos sistemas globalizantes e excludentes. Não garante fazer por nós. Garante ficar conosco: Estou contigo, não estou no teu lugar, eu sou aquele que sou, Emanuel, Jesus o Cristo.

Ao olhar o Cristo crucificado, Paulo conclui:

- **os fracos no mundo** são a verdadeira força no mundo, pois com seu trabalho sustentam o mundo (1Cor 1,26ss)
- **sabedoria** é palavra na vida. Tem a autêntica sabedoria quem tem vida autêntica. Nos porões da humanidade há um pulular de vida. Lá onde a vida é pisada, a palavra fala mais forte (1Cor 1,29s).

Ao olhar as comunidades dos crucificados, Paulo percebe:

- **união dos povos.** Caiu o muro que separava os judeus dos gentios, eles estão sentados ao redor da mesma mesa, partindo do mesmo pão, sonhando as mesmas utopias (Ef 2,14).
- **igualdade.** A estratificação social é quebrada pelas novas relações entre homem e mulher, entre escravo e livre, entre judeu e grego (Gl 3,28). É um escândalo cristãos que não comem juntos (1Cor 11,17ss; Gl 2,11-14).
- **poder se torna serviço.** A experiência da fraqueza elimina atitudes de imposição e alimenta atitudes de entrega amorosa, de serviço, até o oferecimento da própria vida. O centro não é mais o eu e sim o irmão, a irmã. (1Cor 2,1-5).

Olhando as comunidades que congregam os fracos da história, Paulo vislumbra:

- **espaço alternativo**, experiência nova de dignidade humana. Na Cruz se revela a Ressurreição. Os crucificados são a revelação mais forte de Deus, pois a comunidade que se constrói a partir dos excluídos fala do poder de vida, de ressurreição. “*Morte onde está tua vitória? Morte onde está teu aguilhão?... Graças se rendam a Deus, que nos dá vitória por nosso Senhor Jesus Cristo*” (1Cor 15,54-56).

Concluindo: ao falar de liberdade, de dignidade, de poder-serviço, Paulo chega às realidades mais profundas do ser humano e toca as raízes da **convivência humana**, convivência que hoje se expressa majoritariamente no mundo urbano. O processo migratório fez da cidade uma *terra prometida*. Terra que não foi ocupada como devia, porque nela a maioria vive geográfica e socialmente à margem. As CEBs conseguirão contribuir para tornar a cidade espaço realmente habitável? Conseguirão fazer dela *casa* para quem não têm casa? Conseguirão criar espaços de inclusão, direitos e cidadania? Superarão a tentação de se fechar e aceitarão parcerias, aumentando a rede que se articula em favor da vida?

- 1 - O que a Fé em Jesus crucificado e ressuscitado tem a ver com a prática da solidariedade nas atuais Comunidades Eclesiais de Base?
- 2 - As palavras do apóstolo Paulo ainda podem aplicar-se à realidade de nossas cidades?
- 3 - Conversem sobre isso em grupo e tirem a conclusão do que vocês refletiram nesta 1ª parte do julgar.

2.2. O Caminho de Jesus Cristo: luz para as CEBs

A Palavra de Deus ilumina, orienta, fortalece o caminho: “é como a chuva que lava, é como fogo que alastra” ao se misturar à realidade, à vida, à história de quem entra em contato com ela. A *lanterna* da Palavra precisa ser sempre atualizada para **iluminar** a história que prosseguiu depois de sua redação. Esta é a tarefa da teologia, que busca a melhor forma para aplicar no mundo atual os princípios ali revelados. Vamos agora colocar a linha da vida na teologia e discernir as perspectivas que se abrem para as Comunidades Eclesiais de Base diante do desafio do mundo urbano.

Já foi apresentada a complexa realidade urbana de nosso País. A palavra teológica nos indicará o fundamento da ação das CEBs na cidade que hoje nos desafia. Partimos dos **princípios para a ação** de Jesus que se encontram no Segundo Testamento, enfatizando o texto de Mc 3,1-6 (seu debate com fariseus e herodianos) e complementamos com um princípio encontrado na tradição latino-americana do caminho cristão. Faremos então a transição entre o caminho de Jesus e o caminho da Igreja hoje, de modo a fundamentar as pistas de ação da parte III – *Agir*.

2.2.1. Uma proposta de inclusão

Não encontramos na Sagrada Escritura o conceito moderno de *exclusão-inclusão*, embora seja clara a experiência da exclusão e da inclusão. O lema de 14º Intereclesial nos recorda que já na história antiga do povo hebreu esta relação estava presente:

Iahweh disse: “Eu vi, eu vi a miséria do meu povo que está no Egito. Ouvei o seu clamor por causa dos opressores, pois eu conheço as suas angústias” (Ex 3,7).

No Primeiro Testamento encontramos a relação de **Deus com um povo** bem determinado: o povo hebreu. Ele representa o caminho humano na direção da organização de uma sociedade que possibilite a realização de um projeto de justiça, paz e fraternidade. Esse caminho está cheio de dificuldades que desafiam o povo a encontrar formas adequadas para construir a sociedade desejada: deixando a escravidão no Egito, aquele povo faz a experiência marcante da sociedade tribal, opta pela monarquia, sofre a divisão em dois reinos e depois o exílio e o retorno à terra que já não mais lhe pertence plenamente. Os **profetas e profetisas** são como guias nessa caminhada histórica: denunciam os erros e, em meio a todas as adversidades ajudam esse povo a avançar na direção de sua dignidade.

No Segundo Testamento temos a Revelação de Jesus Cristo. Enquanto no Primeiro a Revelação se dá, sobretudo, na história do povo, no Segundo ela se dá na própria Humanidade, pois **Deus se faz** historicamente **humano**. Uma completa a outra: apesar de rupturas e continuidades, uma não existe sem a outra.

Jesus nasce no interior de um povo: cresce num vilarejo, percorre muitos lugares e morre na “metrópole” Jerusalém. Nesses **caminhos** encontra as pessoas e percebe, com a nitidez da luz divina, quanta gente caminha como “ovelha sem pastor” (Mc 6,34). Eram ovelhas feridas e doentes, como a multidão de seres humanos que hoje vivem nas periferias do mundo, como aqueles e aquelas que na cultura urbana são induzidos à ilusão das drogas, da violência e do consumo.

Muitos estão **excluídos**: estão por fora e não contam, como o homem da “mão atrofiada” de Mc 3, 1-6, um *impuro*. Jesus convida-o a entrar até o meio da sala dos *puros* e interpela quem ali está a reconhecer nele a dignidade da pessoa humana. Porque ela não foi reconhecida, Jesus ficou triste e indignado com seus opositores.

O Nazareno encontra leprosos, crianças, pessoas de profissões *impuras* e mulheres que naquele contexto estavam excluídas do reconhecimento de sua plena humanidade. Convida a todos e todas a **entrar no Caminho** do Reino de Deus. O dom do Reino é reconhecido exatamente quando essas pessoas antes excluídas passam a entrar: “*Quando foi que te vimos com fome ou com sede, forasteiro ou nu, doente ou preso e não te servimos?*” (Mt 25,44).

Também as nossas cidades desconsideram a dignidade dos pobres. Muitas vezes, além de não se respeitar seus direitos, usa-se a lei para **empurrá-los ainda mais** para o lado de fora. Essa dinâmica da vida nas cidades modernas é por vezes absorvida pelas estruturas da Igreja, que não levam a sério as desigualdades territoriais, sociais e econômicas que a configuram. Nas paróquias católicas isto é bem frequente. Isso causa preocupação aos bispos brasileiros, que falam da necessidade de uma “Nova Paróquia” (Doc. 100 da CNBB): as estruturas da Igreja não devem reproduzir a mesma exclusão que se encontra no atual modelo de cidade.

- 1 - Pense um pouco: como nossas comunidades estão acolhendo as pessoas?
- 2 - Existe uma pastoral para quem está do lado fora e não consegue se igualar aos nossos padrões?
- 3 - Colocam-se fardos pesados demais nas costas de quem não tem condição de carregar?
- 4 - Que lugar destinamos às pessoas impuras, que não podem seguir as regras de uma sociedade elitista?

2.2.2. O amor acima da “Lei”

Continuemos a reflexão sobre o texto de Marcos para buscar uma luz para a pastoral no mundo urbano. A narrativa do “homem da mão atrofiada” começa com a referência aos opositores de

Jesus, preocupados com o cumprimento ou não da **Lei**. A Lei é a *Torá*, o livro sagrado dos judeus, que chamamos *Pentateuco*. Ela proíbe qualquer tipo de trabalho em dia de Sábado. Ora, Jesus era um judeu praticante. O Evangelho de Mateus lembra que Ele não veio abolir a Lei e os profetas (Mt 5,17). Não era, portanto, o que hoje as pessoas chamariam de anarquista. A novidade é afirmar que se a lei não cumpre o papel de garantir a dignidade humana, ela precisa ser reinterpretada, revista ou até mesmo revogada. A narrativa de Marcos diz que seus opositores *o observavam para ver se curaria no sábado, para o acusarem* (Mc 3,2). De fato, Jesus **descumpre** a Lei tomada ao pé da letra, ao mandar o *impuro* entrar no ambiente dos *puros*, e ainda ao curá-lo sendo Sábado. Em vez desse gesto provocar a mudança de atitude de seus opositores, os torna ainda mais rígidos: daquele dia em diante *os fariseus com os herodianos imediatamente conspiraram contra ele sobre como o matariam* (Mc 3,6).

Assim tem acontecido, ao longo da história, com muitas pessoas que colocam “o amor acima da lei”, como o operário Santo Dias e tantos outros e outras mártires que deram a própria vida para defender o direito dos pobres. Já quem se prende ao **rigor da lei** de equilíbrio fiscal e não libera recursos para a saúde pública, por exemplo, será elogiado como ministro responsável que aplica só o que determina o orçamento, mesmo que deixe morrer quem poderia ser curado se tratado a tempo...

Nossas cidades que “incluem sem incluir” criam a ilusão legal de que todos estão sendo beneficiados, embora isso seja enganação. Quando as famílias empobrecidas ou recém-chegadas à cidade são empurradas, por força da legislação urbana, para a periferia da periferia, ao mesmo tempo que as favelas próximas

aos grandes centros são segregadas, é a dignidade humana que está sendo jogada fora. Se tivermos o olhar de Jesus, saberemos identificar as **vítimas de um sistema legal** que na realidade barra os caminhos para que todos usufruam a dignidade da vida. Jesus de Nazaré andava com pecadores, publicanos, doentes considerados impuros, crianças e mulheres que eram excluídas, porque a Lei legitimava a exclusão.

- 1 - Até que ponto sua comunidade curva-se a imposições legais que provocam exclusão dos mais pobres?
- 2 - Como são tratadas as pessoas da comunidade que se dispõem a pisar na lama e se sujearem ao se aproximar de quem vive na periferia da periferia?

2.2.3. O cuidado como defesa da vida

Vida, sim, e *vida em abundância* (Jo 10,10) é o que Jesus revela ser o projeto de Deus para nós. Aí reside outro critério fundamental da narrativa de Mc 3,1-6: a “defesa irrevogável da vida”. *O que é lícito, pergunta Jesus, fazer no dia de Sábado, o bem ou o mal? Salvar a vida ou matar?* (Mc 3,3).

Pode-se cumprir a Lei sem levar em consideração a serviço de quem ela se coloca e, prendendo-se à Lei, excluir quem não se enquadra em seus padrões. Por isso Jesus ensina a colocar o **Amor como o critério** chave para o cumprimento da lei. Esse critério evita que por trás dos dispositivos legais a favor da vida persista a insensibilidade em relação a formas estruturais de destruição da vida humana. É o que ocorre com frequência com pessoas que criticam quem defende os direitos humanos: elas são incapazes de reconhecer a humanidade de todas as pessoas,

independentemente dos crimes que possam ter cometido. Nesses casos abre-se a porta para a barbárie e legitima-se a lei do mais forte que exclui, segrega e mata quem está fora dos padrões estabelecidos.

As atitudes de Jesus são marcadas pelo *cuidado*. Sendo um bom judeu, critica a dureza de coração dos homens que por qualquer razão dão carta de divórcio às mulheres (Mt 19,7), fazendo delas vítimas de uma lei que não reconhece sua dignidade de pessoa humana. Jesus não esquece que homem e mulher são imagem e semelhança de Deus, e não apenas o varão. Essa atitude de **cuidado** o coloca sempre na **defesa da vida** daqueles e daquelas que sofrem vulnerabilidade.

Seguindo o Caminho de Jesus, somos convidados a reconhecer, na imensidão urbana, o valor e a dignidade de todas as pessoas, especialmente daquelas cuja dignidade é quase invisível. Ele nos desafia a denunciar as estruturas urbanas que deixam os piores lugares para quem não tem como pagar por moradia decente. Desafia também a proteger quem, por protestar contra essa discriminação, coloca sua vida em risco. Desafia, enfim, a respeitar a vida e a dignidade de quem é classificado como bandido, criminoso ou marginal e está sujeito ao assassinato sumário por grupos de extermínio, milícias e até por policiais despreparados ou mal-intencionados. Inspirados pelo Caminho de Jesus, somos chamados a **inventar um estilo de vida** que, no século 21, seja um sinal do Reino de Deus. No campo e na cidade, sempre houve quem procurasse encarnar o Evangelho do Reino em seu tempo; hoje esse desafio requer um esforço renovado devido à sua complexidade cultural, notadamente as culturas urbanas. Essa é a missão evangelizadora das Igrejas que se colocam no Caminho do Cristo.

1 - Reflita sobre o reconhecimento da dignidade de toda pessoa como exigência de defesa de seus Direitos e de sua vida, e depois responda: Você já tinha pensado que o princípio do cuidado fosse tão exigente em sua aplicação prática?

2.3. Atualizar a Boa Nova de Jesus

Até aqui vimos alguns princípios da atuação de Jesus Cristo enquanto andava entre nós. Princípios que continuam como referência, mas por si sós são insuficientes para fundamentar nossa missão como seus seguidores e seguidoras do mundo atual. Para entender a missão no mundo urbano e plural não basta qualificar o missionário e adaptar sua linguagem: é preciso, antes de qualquer coisa, adquirir uma atitude profundamente **dialogal**. A atitude expansionista, que visa aumentar o número de fiéis, já se demonstrou infrutífera: o longo regime de cristandade não tornou o mundo mais humano e, portanto, mais próximo do Reino de Deus. Hoje a atitude dialogal da missão deve buscar **ser sinal** dos valores do Reino no meio do mundo.

2.3.1. O Reino de Deus na história humana

A história da fé cristã pode ser vista como a história da fidelidade ao Caminho de Jesus. O que seria ser fiel no interior de uma comunidade de órfãos e viúvas desassistidos? (At 6, 1-7) Como a fé no projeto salvífico de Cristo leva a atuar na história em sintonia com este projeto?

Fazer um passeio pela história das igrejas cristãs nos ajuda a ver suas contradições, mas também a encontrar testemunhos proféticos que **unem a instituição** eclesial ao **Caminho** de Jesus.

A *Didaqué*, antigo texto do catecismo cristãos, datado no final do primeiro século depois de Cristo, lembra-nos que há dois caminhos: o da morte e o da vida. Quem é introduzido no cristianismo deve ser conduzido ao amor ao próximo: *Não rejeite o necessitado. Divida com o seu irmão, e não diga que são coisas suas. Se vocês estão unidos nas coisas que não morrem, tanto mais nas coisas perecíveis.* (IV,5). Outro texto antigo, *A carta a Diogneto*, datado próximo à metade do segundo século, assim descreve os cristãos:

Moram alguns em cidades gregas, outros em bárbaras, conforme a sorte de cada um; seguem os costumes locais relativamente ao vestuário, à alimentação e ao restante estilo de viver, apresentando um estado de vida (político) admirável e sem dúvida paradoxal. Moram na própria pátria, mas como peregrinos. Enquanto cidadãos, de tudo participam, porém tudo suportam como estrangeiros. Toda terra estranha é pátria para eles e toda pátria, terra estranha. (IV,4).

Na história recente aprendemos que o esforço para ser presença viva do Evangelho é tarefa que requer atenção constante aos *sinais dos tempos*. A Encíclica *Deus é Amor* ao falar da tríplice natureza íntima da Igreja – o anúncio da Palavra de Deus, a celebração dos Sacramentos e o serviço da Caridade – lembra que não pode faltar o diálogo com qualquer instância que também procure o **bem da Humanidade**. Antes dela, a Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi*, escrita quando se começava a perceber o impacto da vida moderna sobre as pessoas, referia-se ao **testemunho** como condição fundamental para ser sinal do Reino. Por seis vezes o Papa Paulo VI vai enfatizar a necessidade do testemunho (n^{os} 6, 15, 21, 26, 41, e 76 da EN) como expressão concreta do amor.

Testemunho que precisa levar em consideração a realidade da cultura, como ele sintetiza no nº 20:

Poder-se-ia exprimir tudo isto dizendo: importa evangelizar – não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às suas raízes – a cultura e as culturas do homem, no sentido pleno e amplo que estes termos tem na Constituição “Gaudium et Spes”, a partir sempre da pessoa e fazendo continuamente apelo para as relações das pessoas entre si e com Deus.

O magistério recente da Igreja católica recusa a demonização da **cultura moderna** e seu modo de vida urbano, que se tipifica em um grande número de expressões culturais. É preciso entendê-la para, dentro dela, buscar os sinais do Reino. O atual processo de vida urbana exige que mergulhemos com profundidade na mente e no coração de pessoas que estruturam suas vidas de modo muito diferente de algumas décadas atrás. Para essas pessoas, não basta reafirmar princípios tradicionais, ainda que adaptados a expressões modernas. É preciso descobrir um modo novo de viver esses mesmos princípios em nossos dias. Basta pensar, por exemplo, no modelo de família, que hoje tem diferentes expressões, tão ou mais compatíveis com valores humanos fundamentais do que seu conceito jurídico ou doutrinário. Se não compreendermos essa realidade, correremos o risco de excluir pessoas, principalmente as crianças cuja família não corresponde ao modelo anterior à cultura moderna.

1 - Reflita sobre as diferentes formas de presença da Igreja católica na história humana e debata com seu grupo: até que ponto sua comunidade está em diálogo com a cultura moderna?

2.3.2. Uma Pastoral Urbana

Os bispos católicos reunidos em Aparecida em 2007, na V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, perceberam o desafio de uma Pastoral Urbana. No número 514 desse documento eles falaram: *A fé nos ensina que Deus vive na cidade, em meio a suas alegrias, desejos e esperanças, como também em meio a suas dores e sofrimentos.* Essa visão inspira o projeto pastoral das igrejas que se querem ser **continuadoras da Missão** de Jesus Cristo no mundo de hoje e vão ao encontro das pessoas que estão aí. O Papa Francisco, ainda cardeal, escreveu em 2010 como a Conferência ajudou seu coração de pastor a tomar consciência deste desafio:

Quando rezo pela cidade de Buenos Aires, agradeço o fato de que seja a cidade em que nasci. O carinho que brota de tal familiaridade ajuda a encarnar a universalidade da fé que abraça a todas as pessoas de toda cidade. Ser cidadão de uma grande cidade é algo muito complexo hoje em dia, já que os vínculos de raça, história e cultura não são homogêneos e os direitos civis tampouco são plenamente partilhados por todos os habitantes. Na cidade, há muitíssimos “não cidadãos”, “cidadãos pela metade” e “sobrantes”: ou porque não gozam de plenos direitos – os excluídos, os estrangeiros, as pessoas sem documentos, os jovens sem escolaridade, os anciãos e enfermos sem plano de saúde –, ou porque não cumprem com seus deveres. Nesse sentido, o olhar transcendente da fé que leva ao respeito e ao amor ao próximo ajuda a “escolher” ser cidadão de uma cidade concreta e a pôr em prática atitudes e comportamentos que criam cidadania.

Precisamos, portanto, de coragem profética para nos misturarmos com a cidade, dirigindo-nos aos lugares sombrios onde seres humanos não veem a luz de sua dignidade. Assim construiremos novas comunidades em favelas e bairros periféricos, mas também em condomínios que se abram aos pobres. É isso, que de um modo e de outro, as CEBs têm feito desde sua origem, impulsionadas pelo Concílio Vaticano II inculturado à América Latina e Caribe pela Conferência de Medellín, em 1968. Com erros e acertos, mas **sem medo** de ficar com os pés sujos de barro. É o que as comunidades continuam a querer agora, diante do novo tempo em que vivemos e diante do desafio de articular campo e cidade. Queremos, com o Papa Francisco e com todas as demais igrejas, religiões e pessoas de boa vontade, sair ao encontro, mesmo correndo o risco de ser feridos, mas com a convicção de que a aliança com Deus passa pelos pobres.

Precisamos cultivar a misericórdia e a hospitalidade, virtudes fundamentais na vida do cristão e da cristã. Nossas CEBs, parafraseando o Papa Francisco, precisam ser *oásis de misericórdia*. Precisamos fazer sinais de um mundo melhor. Ouçamos o **silêncio ensurdecedor** dos que estão nas periferias do mundo, inclusive as periferias existenciais.

Não nos deixemos cair na indiferença que humilha, na habituação que anestesia o espírito e impede de descobrir a novidade, no cinismo que destrói. Abramos os nossos olhos para ver as misérias do mundo, as feridas de tantos irmãos e irmãs privados da própria dignidade e sintamo-nos desafiados a escutar o seu grito de ajuda (MV, 15)

Somente um coração **misericordioso e hospitaleiro** pode ir na direção correta de um programa de transformação da realidade urbana. E as palavras do Papa Francisco em visita à maior favela do mundo – a Comunidade de Kangemi, em Nairobi – em abril de 2015, dão valiosos critérios de ação:

Neste sentido, proponho que se retome a ideia duma respeitosa integração urbana. Nem erradicação nem paternalismo, nem indiferença nem mero confinamento. Precisamos de cidades integradas e para todos. Precisamos ir além da mera proclamação de direitos que, na prática, não são respeitados, e promover ações sistemáticas que melhorem o habitat popular e projetar novas urbanizações de qualidade para acolher as futuras gerações. A dívida social, a dívida ambiental para com os pobres das cidades paga-se tornando efetivo o direito sagrado dos «três T»: terra, teto e trabalho. Isto não é filantropia, é um dever moral de todos.

Também em seus encontros com Movimentos Sociais o Papa insiste no *sagrado direito dos «três T»*, e interpela-nos sobre qual tem sido nossa presença como Igreja cristã no mundo atual. Que tipo de presença temos nas periferias? Qual a **qualidade dessa presença**? Na articulação das comunidades permitimos que se reproduzam formas autoritárias de poder? Fazemos do poder sagrado um serviço humilde e democrático, ou o utilizamos para manter as pessoas submissas?

1 - Em que medida o direito sagrado dos «três T» orienta a ação pastoral em sua comunidade ou sua Igreja local?

AGIR

3. Agir: Desafios no mundo urbano

A desigualdade social e a segregação urbana produzem uma forma grave de exclusão social, que é a limitação ao Direito à Cidade. A **desigualdade social** – e não exclusivamente a pobreza – está na origem dos muitos desafios que se apresentam, hoje, nas cidades. Por ser praticamente impossível definir objetivamente os problemas mais graves ou mais urgentes, foram abaixo apontados aqueles mais sentidos por animadoras e animadores de CEBs do Brasil. Cada um deles é analisado de forma abreviada, apontando-se em destaque os desafios que significam para o agir das CEBs.

Cabe assinalar que esses problemas se dão em áreas específicas, mas estão **articulados** entre si, permeados por este que apontamos como desafio básico: lutar contra a desigualdade, em todas as suas dimensões, e, ao mesmo tempo, superar a intolerância, reconhecendo e respeitando a diversidade, de modo a tornar a cidade efetivamente inclusiva.

1 - O que significa concretamente na sua realidade lutar contra a desigualdade, superar a intolerância e respeitar as diferenças?

3.1. Moradia

Nossas cidades não oferecem moradia de qualidade satisfatória a todas as famílias que nela vivem. Muitas pessoas moram em áreas insalubres ou de risco, muitas habitações não têm acesso aos serviços essenciais básicos, muitas famílias são obrigadas a compartilhar a mesma casa, outras têm gasto excessivo com aluguel e muita gente vive em cortiços. Na nomenclatura do IBGE, um conjunto de moradias precárias (favelas, comunidades,

grotões, vilas, ressacas, mocambos, palafitas) constitui um *aglomerado subnormal*. É um nome técnico que esconde uma realidade **desumana**. A maior parte dos *aglomerados subnormais* se concentra em municípios integrantes de regiões metropolitanas.

E ainda há a situação dramática das pessoas que vivem **nas ruas**. Trata-se de uma população heterogênea, mas que tem em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a falta de habitação convencional regular. Por isso utiliza a rua como espaço de moradia. Essa população sofre diferentes formas de violência, e uma delas é resultante de uma ideia de higienização: retirar das ruas os indesejáveis e levá-los para abrigos, sem resolver de fato seu problema de moradia. Na realidade, nem todas as pessoas que estão nas ruas podem ser classificadas propriamente como “moradores de rua.” Aí se incluem pedintes que retornam para casa à noite, trabalhadores que moram na periferia e dormem na rua durante a semana, bem como vendedores ambulantes.

A **política habitacional** tem por finalidade resolver o problema da moradia, mas apesar de sua expansão nos últimos anos, estima-se que o déficit habitacional no país seja de 5,4 milhões de domicílios. O Programa *Minha Casa Minha Vida*, iniciado em 2009, representou um passo importante no acesso à moradia, pois entregou 2,4 milhões de casas até setembro de 2015. Entretanto, a política neoliberal de austeridade fiscal, que impõe cortes no orçamento, prejudica sua efetivação. Por outro lado, a qualidade arquitetônica e urbanística das moradias construídas acabou resultando, em geral, de baixa qualidade. São casas pré-fabricadas, de rápida desvalorização e que têm o mesmo padrão para todo o país: residência com dois quartos. Uma dificuldade dos programas habitacionais é equacionar os aspectos de

moradia, trabalho, mobilidade e lazer dos moradores e o lucro das construtoras. Nesse Programa foi por vezes usada a antiga fórmula de construção de conjuntos habitacionais em locais distantes, sem infraestrutura de serviços e sem uma rede de transporte adequada. Nesses casos, a política habitacional desvia-se de sua finalidade e resulta em **segregação territorial** da população pobre.

Para ter qualidade satisfatória, a moradia precisa contar com infraestrutura de saneamento e energia, escolas e hospitais acessíveis e meios de transportes adequados. Não basta o acesso à habitação, é preciso ter **acesso à cidade**. Um país continental como o Brasil não pode ter uma solução única para o problema da moradia popular, mas precisa incluir diferentes alternativas, como melhorar as condições de favelas e de suas unidades habitacionais, recuperar prédios abandonados e degradados, aproveitar imóveis desocupados localizados em áreas que já têm infraestrutura de serviços, subsidiar aluguéis sociais etc...

Os novos empreendimentos imobiliários, públicos e privados, devem atender aos reais interesses sociais e ambientais.

- 1 - As CEBs de sua cidade ou região estimulam seus membros a participar de ações em favor de **moradia digna** para todas as famílias?
- 2 - Que tipo de ação?
- 3 - Mutirões?
- 4 - Movimento de moradores sem-teto?
- 5 - Conselhos municipais de cidadania?

3.2. Mobilidade urbana

A distância entre periferias e centro urbano não seria uma dificuldade séria para a população da periferia se nossas cidades

oferecessem meios adequados de **transporte coletivo**, como ocorre noutras cidades do mundo. O incentivo aos meios de transporte individual, porém, tem causado problemas graves, principalmente nas grandes e médias cidades. A quantidade de automóveis no Brasil passou de 24,5 milhões (2001) para 50,2 milhões (2012), e a de motocicletas passou de 4,5 milhões para 19,9 milhões, aumentando a poluição do ar, os congestionamentos e os acidentes de trânsito.

Em 2013, morreram 42.266 pessoas em acidentes de trânsito (dados do Ministério da Saúde). O problema é particularmente grave no caso dos motociclistas: em 2013, ocorreram 12.040 acidentes com motos (e os motociclistas, na sua maioria homens jovens, representam 28% dos mortos no transporte terrestre). Junto com a superlotação dos veículos coletivos e as altas tarifas, há um impacto negativo na qualidade de vida. Já em **pequenas cidades** há deficiência de transporte público, com pouca frequência e veículos antigos, com manutenção deficiente.

É evidente que boas condições de mobilidade urbana diminuem muito a segregação das populações de menor poder aquisitivo, pois elas fazem maior número de pessoas usufruírem seu Direito à Cidade. **Boa política de transportes** é aquela que:

- garante a prioridade aos pedestres,
- adapta os meios de transporte público às necessidades de pessoas idosas e as que têm deficiência,
- incentiva os veículos que provocam pouca ou nenhuma poluição, como a bicicleta e o transporte sobre trilhos (trens, metrô, VLT - veículo leve sobre trilhos),
- integra diferentes modais
- cria estratégias de inclusão para jovens e para famílias de baixa renda, como passe-livre e bilhete único.

- 1 - As CEBs de sua cidade ou região estimulam seus membros a participar de ações em favor de **transporte público** de qualidade?
- 2 - Reflita em grupo sobre a relação entre transporte público e opção preferencial pelos pobres e avalie a importância da política de transportes para combater a desigualdade sócio-espacial prevalente em nossas cidades.

3.3. Violência

A violência não é um fenômeno novo, nova é a **diversidade de formas** que assume na atualidade: furtos, roubos, tiroteios, homicídios; disputas entre facções criminosas e entre estas e milícias ilegais; violência policial; grupos de extermínio; violência doméstica, abuso e exploração sexual, para citar somente as mais frequentes no mundo urbano. A percepção da violência depende também da forma como ela é tratada pelos meios de comunicação.

A desigualdade e a exclusão – e não exatamente a pobreza – estão na **raiz da violência** urbana, fazendo com que negros, indígenas, jovens, mulheres, idosos e pessoas LGBT estejam mais expostos a ela. Entre 2003 e 2013, o número de vítimas de homicídios do sexo feminino passou de 3.937 para 4.762, representando um incremento de 21% na década. Assim, a identidade (“ser jovem”, “ser negro”, “ser mulher”, “ser gay” etc.) é fator que define quem está mais vulnerável à violência, pois categorias socialmente **discriminadas** ou desqualificadas são seu alvo predileto.

No Brasil a violência letal tem índices alarmantes, semelhantes ou superiores aos encontrados em países em guerra. Em 2014 ao menos 58.497 pessoas foram vítimas de mortes violentas no Brasil atingindo em especial jovens, negros e do sexo masculino.

Estamos habituados a associar violência urbana e **tráfico de drogas** ilícitas. Essa relação existe, mas o problema é mais complexo do que aparece na visão corrente. Sabemos que a dependência química é uma questão de saúde pública e deve ser tratada neste âmbito, tanto em sua prevenção como no tratamento, mas a política de *guerra às drogas* transfere o problema para a área de competência da segurança pública, cuja ação baseia-se no aumento do policiamento e no confronto armado. Ora, para enfrentar eficazmente essa questão é preciso compreender que o uso de drogas ilícitas é apenas o ponto final de uma enorme rede de produção, circulação, distribuição e consumo de drogas, apoiada pelo tráfico de armas. É negócio altamente lucrativo, que ignora as fronteiras nacionais e enriquece quem o financia, deixando toda culpa sobre quem mora nos territórios segregados das cidades: jovens encarregados do comércio no varejo, e também os policiais e suas famílias. O combate efetivo ao tráfico de drogas ilícitas requer que essa população seja protegida – não atemorizada – e a repressão policial se dirija primeiramente aos núcleos agenciadores do tráfico internacional de drogas e armas e aos paraísos fiscais que o financiam.

Estamos também habituados a focar unicamente as drogas ilícitas, deixando em segundo plano o **álcool**, cujo consumo abusivo está associado a diversas situações de violência, especialmente os acidentes de trânsito e a violência doméstica. É preciso ampliar o foco da visão para encontrar uma solução efetiva para a diminuição da violência resultante do consumo de drogas.

- 1 - As CEBs de sua cidade ou região já realizaram atos religiosos para protestar contra violência dirigida a pessoas socialmente vulneráveis?
- 2 - Elas se unem a outros grupos da sociedade para proteger pessoas ameaçadas?
- 3 - Ou se limitam a pedir mais policiamento no bairro?

3.4. Meio ambiente e sustentabilidade

O **direito ao meio ambiente** ecologicamente equilibrado é continuamente violado nas cidades, pela poluição do ar, a dificuldade no abastecimento de água, a destinação do esgoto sanitário e dos resíduos sólidos. Além disso, a situação ambiental nas cidades vem sendo agravada por transformações no clima: chuvas torrenciais, longas estiagens, vendavais e tremores de terra onde antes não ocorriam.

A questão da **água** é fundamental. Em 2014 o país tinha mais de 35 milhões de brasileiros sem acesso regular aos serviços de água tratada (dado do Ministério das Cidades). Na região do semiárido essa carência é permanente, mas deu origem a experiências inovadoras como são as cisternas. Já nas cidades essa situação está se tornando crítica, como ficou evidente na crise hídrica de 2014 em São Paulo. Ela decorre das mudanças climáticas, particularmente do desmatamento do Cerrado e da Amazônia – que é o ninho das chuvas – e da degradação dos mananciais, mas se agrava nas cidades com o desperdício, a redução das áreas verdes, o crescimento da impermeabilização do solo e uma rede de drenagem insuficiente.

A maior parte do consumo de água atende ao agronegócio (irrigação) e a necessidades industriais: apenas cerca de 10% da água é destinado ao consumo doméstico. É preciso implementar **políticas públicas** de proteção aos mananciais, racionalização do consumo, melhor gerenciamento das bacias hidrográficas e rigorosa fiscalização das empresas. Isso não isenta, porém, cada família e cada pessoa do dever de usar com parcimônia os recursos hídricos de que dispõe.

Problema grave é a insuficiência do **saneamento** básico: mais de 100 milhões de pessoas não têm acesso à coleta de esgoto

e apenas 39% dos esgotos recolhidos são tratados. O restante é lançado nos rios, nas lagoas e no mar, como acontece com a maior parte do esgoto não conectado à rede pública. Além dos danos ambientais, essa prática é um dos principais fatores de doenças do nosso povo.

Por sua vez, os **resíduos** sólidos (cuja produção vem aumentando: em média cada pessoa descarta 1,2 kg por dia) têm uma destinação inadequada. A Política Nacional de Resíduos Sólidos, aprovada em 2010, engloba aspectos como a inclusão social de catadores e catadoras de material reciclável – importante conquista dessa categoria de trabalhadores – a criação de oportunidades de trabalho e renda e a atribuição de responsabilidades à população e a agentes públicos e privados.

1 - As CEBs de sua cidade ou região se envolveram nas Campanhas da Fraternidade de 2004 – “Água, fonte de vida” – de 2016 – “Casa comum, nossa responsabilidade”? – e 2017 – “Fraternidade: biomas brasileiros e defesa da vida”. Realizaram algum gesto concreto em defesa da água ou do saneamento da *casa comum*?

2 - Como dar continuidade a essas Campanhas?

Nas cidades a demanda por **energia** é crescente. A utilização da energia proveniente de grandes usinas hidrelétricas, implica em sérios impactos socioambientais nas regiões onde é gerada. As usinas térmicas acionadas em períodos de seca são caras e não devem ser usadas por serem muito poluentes. Pelo alto risco envolvido e pela produção de lixo radiativo, a energia nuclear deve ser abandonada imediatamente. Por algum tempo poderemos contar com as hidrelétricas já instaladas, se tiverem sua capacidade bem preservada ou restaurada, mas é preciso investir principalmente na geração de energia limpa e de fontes sustentáveis (como a *solar descentralizada*, a *eólica*, a *maré motriz* e outras menos exploradas).

A problemática ambiental das cidades está relacionada ao projeto de **crescimento** econômico a qualquer custo, como se desenvolvimento fosse o aumento do consumo de bens. Neste contexto, ganha força a ideia de que as cidades só se tornarão sustentáveis quando todos tiverem consciência da limitação dos bens comuns. Estimular e promover **processos sustentáveis de produção** e práticas de consumo consciente e sustentável é tão importante quanto garantir a gestão adequada, sustentável e territorial dos resíduos sólidos, de bacias hidrográficas, aquíferos e ecossistemas costeiros, da biodiversidade, e das fontes energéticas. Para tanto, a participação da população deve ser efetiva nos espaços de planejamento, decisão, execução e avaliação de políticas socioambientais e nos debates que envolvam temas estratégicos das cidades.

É importante lembrar que eventos **externos à cidade** também podem afetá-la: o avanço do agronegócio e o uso generalizado de agrotóxicos, assim como a instalação de grandes projetos de geração de energia e de mineração. Além dos seus graves impactos ambientais, eles expulsam a população do campo, atingem povos indígenas, quilombolas e pescadores. As populações tradicionais têm o direito de permanecer em seus territórios. A interação equilibrada entre cidade e campo é fundamental para a defesa socioambiental da cidade.

- 1 - Você conhece alguma experiência bem-sucedida de energia limpa (p. ex. aquecimento solar)?
- 2 - As CEBs de sua cidade ou região já promoveram algum curso ou treinamento para o uso de energias alternativas?
- 3 - O que elas podem realisticamente propor para diminuir o desequilíbrio ambiental em sua cidade ou região?

3.5. Trabalho

A grande maioria dos trabalhadores brasileiros exerce seu trabalho nas cidades, porque em geral elas oferecem possibilidades mais interessantes e diversificadas do que o campo, apesar das **desigualdades** do mercado de trabalho. Nas cidades o trabalho está relacionado à indústria, aos serviços, às atividades de conservação e da administração públicas.

A revolução tecnológica e os novos modelos de gestão, aliados a uma nova forma de acumulação do capital e à hegemonia do capital financeiro no final do século 20, impactaram o mundo do trabalho. Embora os **avanços tecnológicos** tenham melhorado a qualidade de vida dos trabalhadores, provocaram também o desaparecimento de postos de trabalho, o desemprego e a precarização do trabalho, abrindo espaço a retrocessos na efetivação de direitos consolidados na legislação trabalhista. Para contrabalançar esses efeitos prejudiciais aos trabalhadores e trabalhadoras, os governos de linha social-desenvolvimentista adotaram políticas que reduziram o desemprego e aumentaram os postos de trabalho formal, mas a política de *ajuste fiscal* em vigor desde 2014 e reforçada após o *golpe do impeachment* de 2016 vem anulando esses ganhos.

Outro problema é a **informalidade** do trabalho (sem carteira assinada). Ela caracteriza muitos postos de trabalho, sendo maior nas regiões Norte e Nordeste, nas faixas etárias extremas (jovens e idosos) e entre mulheres e negros. Em casos extremos, a informalidade se transforma em situações de trabalho análogas à escravidão, e isso ocorre na construção civil, no comércio e em confecções, principalmente quando envolvem **migrantes** procedentes de outros países ou mesmo brasileiros.

Diante desse quadro, é necessário fortalecer o direito ao **trabalho decente**: “adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna” (Organização Internacional do Trabalho). Direito que pertence a todas as pessoas, sem discriminação de gênero, raça/cor, etnia, idade, orientação sexual, deficiências, vivendo com HIV e Aids etc. Todas merecem a igualdade de oportunidades. Isso envolve a criação de postos de trabalho de qualidade para homens e mulheres, a extensão da proteção social, a promoção e fortalecimento do diálogo social e o respeito aos direitos fundamentais no trabalho. Supõe igualmente ações nas áreas de segurança e saúde no trabalho, a erradicação de formas degradantes como o trabalho infantil e o trabalho forçado, a ampliação das oportunidades de geração de trabalho e renda com foco na sustentabilidade fortalecendo-se empreendimentos baseados na economia popular e solidária, no cooperativismo e no associativismo.

- 1 - O desemprego e o trabalho informal são um problema social em sua cidade ou região?
- 2 - E o trabalho em situação análoga à escravidão e o trabalho degradante?
- 3 - O que tem feito sua CEB a esse respeito?
- 4 - Ela se interessa pelo problema?

3.6. Saúde

Muitas pessoas buscam as cidades para atender a necessidades relacionadas à saúde. Com efeito, os serviços de assistência médica se concentram no espaço urbano, assim como a infraestrutura de abastecimento de água e saneamento, fundamentais para a saúde. Existe, porém uma contradição. Por um lado, cresce na população urbana a consciência da importância

de uma vida saudável e dos cuidados que implica, como a prática regular de exercícios, a alimentação adequada, terapias diversificadas e estratégias de saúde preventiva. Por outro lado, a própria **rotina da vida** nas cidades afeta a qualidade de vida e a saúde das pessoas. A aglomeração urbana implica riscos à saúde pela exposição à poluição atmosférica e sonora, pela presença de doenças infecciosas e enfermidades crônicas decorrentes do sedentarismo e do consumo de álcool e tabaco, pelos transtornos de saúde mental e emocional derivados do estresse urbano e do medo da violência. Também os riscos de acidentes de transporte aumentam a ameaça à saúde, bem como as doenças derivadas de deficiências no saneamento.

A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (lei 8.080, de 19 de setembro de 1990). Esta é a base legal do **Sistema Único de Saúde (SUS)**, cujos princípios são universalidade, equidade e integralidade. De fato, a grande maioria da população recorre ao sistema público para atender às suas necessidades na área da saúde. Basta pensar o caos que representaria um dia de paralisação do atendimento do SUS. As dificuldades enfrentadas pela população na atenção básica muitas vezes encobrem as qualidades do sistema, em especial nos atendimentos de maior complexidade, como acidentes graves, transplantes ou enfermidades como o câncer. Na verdade, o SUS até hoje não foi plenamente implementado, seja por insuficiência de financiamento seja pela desarticulação de municípios e estados na resposta às suas respectivas atribuições.

Os programas *Saúde da Família* e *Mais Médicos* representaram um avanço na saúde pública, ampliando o atendimento em regiões com carência desses serviços. No entanto, os profissionais desses

programas precisam que o SUS funcione bem para garantir o atendimento de médicos especialistas, exames laboratoriais e assistência hospitalar.

Essas deficiências abrem espaço para o crescimento de **empresas privadas** no setor de saúde, com a proliferação de planos que possibilitam o atendimento à parcela da população capaz de pagar, e assim fazem da saúde humana uma mercadoria. E convém lembrar a questão das patentes de produtos farmacêuticos, responsável pelo elevado preço dos medicamentos. Corre atualmente um processo velado de **privatização** da saúde por meio da entrega de unidades de saúde pública à administração de Organizações Sociais (OSs). Se em algumas situações as OSs funcionam razoavelmente, em muitas outras o atendimento continua precário e têm sido verificadas irregularidades, como desvios de recursos e superfaturamento. Outra questão relacionada aos convênios com o setor privado no atendimento à saúde da população está relacionada às fraudes, que elevam o número de consultas e procedimentos que o SUS deve reembolsar. A política de saúde imposta pelo governo após o *golpe do impeachment* só fez agravar esses males.

Essa realidade mostra, novamente, a **desigualdade** que marca o mundo urbano. Também na atenção à saúde, moradores de baixa renda são prejudicados. Em muitos casos chegam a ter indicadores de saúde piores que os das áreas rurais. A segregação espacial se dá também em relação aos serviços de saúde, que não são igualmente distribuídos por toda a cidade e apresentam grandes diferenças na qualidade do atendimento: precário quando se destina à população pobre, satisfatório quando se destina a quem reside em áreas nobres.

Para que a população tenha uma atenção integral, é preciso dar prioridade política à saúde pública e garantir mais investimentos, de modo a fortalecer o SUS como um sistema público de qualidade. Este é um enorme desafio, pois há no Congresso Nacional muitos parlamentares que têm suas campanhas financiadas por empresas da saúde e tudo fazem para proteger seus interesses particulares.

- 1 - As CEBs de sua cidade ou região entendem o cuidado com a saúde como política pública, ou limitam-se ao atendimento a pessoas doentes?
- 2 - Elas estimulam seus membros a participar de Conselhos comunitários ou municipais de Saúde?
- 3 - Será possível fortalecer o SUS, se tantos parlamentares defendem os interesses de empresas privadas no setor médico e farmacêutico?

3.7. Educação

Nos últimos 20 anos ampliaram-se muito as oportunidades educacionais no Brasil: aumentou o acesso ao ensino básico – fundamental e médio – e, mais recentemente, ao ensino superior. Essa política educacional é realizada principalmente nas áreas urbanas, aumentando seu poder de atração sobre a população rural. Esses **avanços** são inegáveis, beneficiando especialmente as camadas populares e médias. No entanto, a ampliação não foi suficiente, pois ainda há crianças fora da escola e, em geral, a oferta de oportunidades no ensino médio e na universidade não só está abaixo das necessidades como concentra-se em cidades médias e grandes, o que aumenta o fluxo migratório.

A ampliação das vagas no **Ensino Médio** é fator positivo para o acesso democrático à educação. Mas não houve investimentos

adequados para acompanhar essa expansão, o que compromete a qualidade do ensino e pode gerar novas formas de discriminação conforme a escola frequentada.

O **Ensino Superior** também teve uma expressiva expansão de matrículas, passando de 1,6 milhão em 1994 para 6,1 milhões em 2013. É certamente uma conquista da sociedade civil organizada que possibilita a **inclusão social** por meio da formação universitária de qualidade. Dois mecanismos têm se revelado de grande serventia: a “Lei de Cotas”, que garante a reserva de 50% das matrículas para candidatos egressos do ensino médio em instituições públicas – contemplando assim a distribuição de vagas específicas para pessoas de baixa renda, de negros/as e indígenas – e o *Prouni* e outros sistemas de financiamento para estudos universitários.

Apesar desses avanços, ainda existe muita desigualdade de chances e condições de progressão nos estudos entre as diferentes classes sociais, bem como entre os setores da população definidos por pertencimento étnico-racial, gênero e local de moradia (centro/periferia/campo). É patente que nem todos têm igual possibilidade de alcançar os níveis mais altos de ensino.

Outras **questões recorrentes** do sistema educacional nas cidades são:

- a necessidade de um modelo de escola de educação integral no ensino básico;
- a restrição de vagas nas creches públicas em áreas de alta vulnerabilidade social;
- a dificuldade de permanência de crianças, adolescentes e jovens no sistema educacional;

- a dificuldade de compatibilizar educação e trabalho nas grandes cidades;
- a interrupção dos estudos das jovens grávidas e/ou com filhos pequenos;
- as deficientes condições estruturais de funcionamento e organização das escolas;
- a pouca valorização dos professores e professoras e suas precárias condições de trabalho.

Sabe-se que a solução dessas questões depende do aumento dos recursos destinados à educação pública. Tanto que nos últimos tempos têm crescido a **mobilização** de estudantes, inclusive com a ocupação das escolas, por melhores condições de ensino e aprendizagem e contra reformulações do sistema escolar propostas pelos gestores públicos que não levam em consideração suas demandas por educação de qualidade.

Para garantir o direito à educação em nosso país, é necessário enfrentar os mecanismos que continuam a gerar novos ciclos de exclusão educacional e, ao mesmo tempo, implementar medidas que permitam condições de retomada, permanência e prosseguimento das trajetórias educativas. O grande desafio é garantir uma educação básica **de qualidade** que seja, também, uma educação **para todos**. Garantir uma educação que possibilite a leitura crítica do mundo, inclusive dos mecanismos que reproduzem processos de segregação social no país. Uma educação em que os processos de ensino-aprendizagem estejam orientados pelo respeito aos direitos humanos, pela valorização da diversidade (de gênero, étnico-racial, sexual etc.) e pela luta contra as desigualdades sociais.

- 1 - As CEBs de sua cidade ou região se mobilizam em defesa da escola pública de qualidade?
- 2 - Qual sua posição sobre a “Lei de Cotas” para o ingresso no ensino superior?
- 3 - Elas prestam apoio ou solidariedade a movimentos de professores ou de estudantes que reivindicam melhorias nas condições de ensino?

3.8. Arte, cultura, esporte e lazer

Opções diversas de lazer, de acesso a bens culturais, de livre criação artística e de atividades esportivas não são apenas atrações que o mundo urbano oferece, especialmente para a juventude. São **direitos** a serem garantidos para todos, pois favorecem a elaboração de identidades, promovem o aprendizado e a convivência social. Através da arte e da cultura as pessoas manifestam sua visão de mundo. O esporte exercitado de forma saudável contribui para o desenvolvimento integral e a saúde.

Estes direitos estão relacionados ao uso do **tempo livre**, no espaço privado e no público. Atualmente boa parte do lazer e da fruição cultural é realizada no espaço doméstico: assistir TV, ouvir música, navegar na internet, ler, assistir filmes e shows em DVD. Já a maior parte das atividades feitas fora de casa, no espaço público – passear, ir a cultos religiosos, praticar esportes, conversar com amigos, namorar, ir a festas, restaurantes, *shopping centers*, cinema, teatro, shows – dependem da possibilidade de acesso a equipamentos culturais e esportivos que normalmente se concentram nas regiões centrais e nas áreas nobres. A facilidade ou dificuldade de acesso, bem como a gratuidade ou não dessas atividades torna muito desigual o desfrute desse direito ao lazer e aos bens culturais.

É fundamental, portanto, **democratizar e descentralizar** o acesso à arte, à cultura, ao esporte e ao lazer por meio da criação, revitalização e manutenção dos equipamentos necessários à sua realização, como cinemas, teatros, centros culturais, quadras, praças e ginásios esportivos. Espaços que tenham segurança e acessibilidade para todos, em condições de abrigar ações diversas – do aprendizado à apresentação da produção cultural - com programação permanente, a baixo custo ou gratuita, contemplando interesses singulares e múltiplos e a diversidade de linguagens, estilos e identidades.

A desigualdade também se reflete nas práticas **esportivas**, já que algumas se tornam privilégio das pessoas com maior renda, que podem pagar para frequentar clubes e academias. Mesmo a prática amadora do futebol é prejudicada pelo desaparecimento de espaços disponíveis na cidade. É necessário garantir a todos o acesso às diferentes modalidades esportivas. A existência de um espaço público de qualidade (ruas, praças, parques) é fundamental para a convivência e o desenvolvimento de atividades recreativas, esportivas, culturais e socioeducativas. Pessoas de todas as idades devem ser incentivadas a praticar atividade física, com a instalação de quadras e academias ao ar livre, ciclovias, pistas de skate etc. O que só se tornará possível se os cidadãos se sentirem seguros para se apropriarem dos espaços públicos.

As pessoas não são apenas consumidoras, mas também produtoras de **bens culturais**, e a oferta de oficinas em diversas linguagens (música, percussão, teatro, dança, hip-hop, grafite, capoeira etc.) amplia estas possibilidades. Em nossas cidades há inúmeros grupos informais de artesanato, de dança, de música, de teatro, de manifestações de cultura popular que constituem possibilidades de lazer e fazer cultural. Estes grupos

têm movimentado circuitos alternativos nas periferias e favelas, promovendo ações culturais diversificadas como saraus em bares, cineclubes em becos ou nas lajes, danças de rua, quadrilha nas praças, bailes em galpões. Apesar de seu valor, essa efervescência cultural recebe pouco ou nenhum apoio governamental.

Também é importante divulgar a produção cultural dos diferentes territórios promovendo festivais e espetáculos, e veiculando a **produção cultural independente** nas tevês, rádios, internet e cinema. Há também que incentivar e preservar as expressões da cultura material e imaterial locais, como rezadores, cantigas, festas religiosas e outras manifestações tradicionais.

A utilização dos espaços **escolares** pode ampliar o acesso da população a este conjunto de direitos, inclusive com sua abertura à comunidade nos fins-de-semana. Outros mecanismos são a redução do valor dos ingressos, o estabelecimento da meia-entrada, do vale cultura ou da gratuidade.

- 1 - As CEBs de sua cidade ou região percebem o acesso à arte, à cultura, ao esporte e ao lazer em espaços públicos como um **direito**?
- 2 - Reflita com o grupo sobre o assunto. As CEBs já se mobilizaram para aumentar o acesso da população local – especialmente da juventude – aos equipamentos necessários a essas atividades?

3.9. Tecnologias de Informação e Comunicação

Vivemos um momento em que as novas Tecnologias da Informação e Comunicação transformam modos tradicionais de expressão e sociabilidade, fazendo com que o mundo urbano ultrapasse os limites físicos das cidades. O século 20 deu início à era da **comunicação de massas**, com a popularização do rádio e da TV, cuja comunicação se faz em mão única: conteúdos

centralizados e uniformizados passam de um único emissor a um grande número de receptores. Esse tipo de comunicação cobre o território nacional pelo rádio desde anos 1940 e 1950, e a ele juntou-se a televisão nos anos 1960 e 1970. Uns poucos grupos empresariais familiares foram agraciados com concessões públicas que colocaram o sistema de comunicação de massa a serviço de interesses privados. Esse processo ajudou a moldar a integração nacional no campo simbólico a partir do Sudeste, mas enfraqueceu muitas expressões regionais. É como se todo o Brasil pensasse, falasse e tivesse os mesmos gostos do centro-sul.

A partir dos anos 1990 entraram em cena novas **tecnologias digitais** de informação, como o telefone celular e a internet. Inicialmente, a internet se restringia à troca de correspondência eletrônica e ao acesso a informação produzida e disponibilizada em grandes provedores. A partir dos anos 2000, a internet deixa de ser um canal *de acesso* e se transforma, cada vez mais, em um canal *de troca* de bens simbólicos, em que o usuário pode tornar-se produtor de informação. Altera-se então o modelo unidirecional da comunicação. A expansão da internet móvel fez dos celulares modernos (*smartphones*) computadores completos, permitindo que os usuários estejam permanentemente conectados em tempo real. Cada usuário hoje é uma unidade autônoma de produção de mídia cujos usos vão desde relacionamentos afetivos e formação de grupos de amigos até o fortalecimento de expressões culturais, de mobilizações sociais, de denúncias criminais e de articulações políticas de massa. Neste processo são constituídas novas estratégias de socialização, como as *redes sociais*, que não se restringem ao meio virtual e também têm repercussões nas relações presenciais.

Hoje as pessoas – sobretudo jovens – encontram nos meios de comunicação digital canais efetivos de autoexpressão e intercâmbio de imagens e informações que permitem uma experiência social **horizontal**, mas dificulta o surgimento de lideranças coletivas. O poder econômico logo se deslocou para empresas como *Google* e *Facebook*, formando conglomerados de mediação, exploração e venda de conteúdo privado produzidos pelos próprios usuários. Diante deste fenômeno, é preciso realçar a importância da criação do Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014), que estabelece princípios que garantem a liberdade de expressão e a inviolabilidade da privacidade nas redes digitais.

Um dos efeitos das novas tecnologias de informação e comunicação tem sido a diluição das fronteiras entre o mundo rural e o urbano, embora no Brasil a “revolução digital” ainda esteja em geral restrita às capitais e às regiões metropolitanas. O acesso à tecnologia de ponta não é democrático, pois o interior do país carece de estrutura que possibilite o acesso aos serviços de banda larga. Por outro lado, os equipamentos são caros e os setores economicamente desfavorecidos consomem essa tecnologia de forma subalterna ou através da pirataria. Essa **exclusão digital** constitui um dos modos perversos da exclusão social no Brasil de hoje.

Essas novas tecnologias são imprescindíveis na contemporaneidade, porque facilitam a inclusão social e abrem novas possibilidades de comunicação, mas é preciso estar atento às possibilidades de novos tipos de **crimes** próprios da era digital: *cyber-bullying*, divulgação de fotos íntimas como ato de vingança, roubo a contas bancárias, invasão de sites de empresas e de órgãos oficiais. Por isso as tecnologias digitais exigem um trabalho educativo para a crítica da informação que circula em suas redes.

- 1 - O que representam as novas tecnologias digitais para as CEBs de sua cidade ou região: a dissolução dos laços sociais e comunitários, ou sua complementação pelas *redes sociais*?
- 2 - As CEBs usam esses meios como forma de comunicação?
- 3 - Que resultados tem tido?

3.10. Afetividade / sexualidade

A cidade apresenta um mundo de possibilidades para viver, trabalhar, circular, amar. E para que seus habitantes possam construir sua vida, sua família e sua comunidade, a afetividade e a sexualidade têm um lugar fundamental, enquanto dimensões **constitutivas** da pessoa humana.

Por afetividade compreende-se o universo dos **sentimentos e emoções**; é por ela que uma pessoa se liga às outras, ao mundo, ao transcendente e a si mesma. Estar bem equilibrada emocionalmente é uma condição fundamental para as relações que a pessoa estabelece na família, nas amizades, nos grupos, na vida em comunidade. Essas relações pressupõem empatia, ternura, calor humano, aproximação afetiva e um projeto comum, que possibilita viver relações de fraternidade e de solidariedade. A felicidade depende da capacidade de comunicar-se com os outros.

A sexualidade, inserida neste universo afetivo, é marcada pelo **desejo**, que leva uma pessoa a procurar a outra, em busca do encontro, da comunicação e do prazer. Há múltiplas formas de vivenciar a afetividade e a sexualidade, de acordo com o contexto social em que as pessoas se inserem.

No século 20 a possibilidade de separar **sexualidade e reprodução** representou maior liberdade e autonomia no seu exercício e tornou mais visíveis identidades sexuais diferenciadas,

deixando de ser a heterossexualidade a única alternativa reconhecida. Uma nova consciência dos direitos sobre o corpo vem se desenvolvendo, possibilitando outras formas de focar essa temática nas cidades de hoje – marcadas pela diversidade, mobilidade e transformação. Muitas vezes a rapidez, a troca, a estratégia, a mudança e o descarte se sobrepõem à solidez do antigo modelo social, abrindo a possibilidade de relacionamentos provisórios. Além disso, certas distorções da vida afetiva e sexual são amplificadas pela mídia, que exibe de forma sensacionalista casos de violência sexual, prostituição, pedofilia, promiscuidade das relações e crimes passionais, o que reforça atitudes desumanizantes como a coisificação do outro e a mercantilização do afeto.

Nesse contexto contraditório, viver a afetividade e a sexualidade de forma **integrada** e afirmar a capacidade das pessoas se amarem e construir juntas um projeto de cidade mais igualitária, onde todos tenham seus direitos respeitados, constitui um desafio que está na base de todos os outros. É possível viver as relações e os afetos tendo como referência o respeito, a solidariedade e a ternura, pautados pela confiança e pela alteridade.

- | |
|---|
| <p>1 - As CEBs de sua cidade ou região ao enfatizarem o valor das relações de solidariedade e de fraternidade estão também atentas à importância da sexualidade e da afetividade para a realização pessoal?</p> <p>2 - Como lidam com formas diferentes: tratando-as como distorções, ou respeitando-as em sua diferença?</p> |
|---|

Conclusão: Busca de alternativas para vencer os desafios no mundo urbano

Os desafios aqui abordados são recorrentes na realidade urbana brasileira atual e exigem respostas para a problemática que levantam. Em seu conjunto, encontram-se intimamente interligados e condicionados pela situação básica de **desigualdade e exclusão** social. Isto significa que nenhum desafio pode ser solucionado isoladamente.

As cidades brasileiras têm sido construídas visando, sobretudo, o investimento e o lucro e, neste processo, são tratadas como mercadoria. Ao mesmo tempo, a vida na cidade não é uma experiência homogênea: diferentes grupos fazem experiências **diferentes** do espaço urbano e suas múltiplas possibilidades. Viver na cidade implica, necessariamente, isolamento e fragmentação? Ou seria possível planejar uma cidade centrada nas pessoas e não no lucro e na produção? É urgente fomentar outros imaginários e representações sobre o mundo urbano.

O urbano é um universo em contínua **mudança** não apenas pelas intervenções dos governos e do capital, mas também pela ação sociopolítica de cidadãos e cidadãs, que são agentes dessas transformações e têm alcançado conquistas efetivas para o bem-estar de todos.

Para avaliar essa realidade, recorreremos à valiosa contribuição do apóstolo Paulo, pois existiam na Palestina cidades importantes como Séforis e Cesaréia, mas nenhum relato bíblico menciona a ida de Jesus em missão até elas. Foi Paulo quem traduziu a Boa Nova do Caminho de Jesus, elaborada no contexto rural da Galileia, para a realidade urbana do mundo greco-romano. Ao fazê-lo explicitou o **caráter universal do Cristianismo** como

projeto de Vida em abundância para o campo e para a cidade. Explicitou também os valores da **Liberdade** – “foi para a liberdade que Cristo nos libertou” – e da **Igualdade** – “não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher, pois todos vós sois um em Cristo Jesus” que serviram como guias para nossa análise do mundo urbano, marcado pela desigualdade e pela opressão das pessoas socialmente desprotegidas.

Recorremos também à teologia do Caminho de Jesus para, tomando como referência suas palavras e sua prática, entender a inclusão das pessoas excluídas como base para sua proposta de Reino de Deus. Na nossa realidade urbana, marcada pelas exclusões, os seguidores e seguidoras de Jesus somos chamados a denunciar as exclusões – também aquelas cometidas pelas instituições religiosas – e promover práticas e estruturas inclusivas. Vimos como a história recente da Igreja católica retoma essa proposta acentuando hoje a atitude de diálogo com o mundo e aí situamos o apelo do Papa Francisco que convoca a **Igreja a sair das sacristias** e lutar para tornar efetivo para todo ser humano o *direito sagrado dos “três T”: terra, teto e trabalho*.

A proposta do Caminho de Jesus, desenvolvida pelas Igrejas cristãs ao longo da história, nos faz acreditar que as cidades podem ser um lugar de bem viver e conviver. Para isso é preciso participação popular nas decisões que dizem respeito a todos, garantindo o direito ao espaço público, ao transporte coletivo de qualidade, aos equipamentos coletivos... Se esta meta está longe de ser alcançada, na base da sociedade continuam surgindo **experiências inovadoras**. Os laços de convivência entre as pessoas e as trocas culturais estabelecidas entre os grupos dão sentido às vidas e permitem o relacionamento com a cidade em novos termos. Emergem novas utopias quando as pessoas se encontram e dialogam nas praças e nas ruas. As cidades têm sido lugar das grandes mobilizações, onde arte e cultura se articulam

com o direito à cidade. Desse modo, a cidade competitiva, empreendedora e do espetáculo, dá lugar à cidade justa e festiva. Estes experimentos fornecem elementos para que possa ser construída uma nova utopia que precisa ser continuamente reformulada a partir de práticas concretas.

As jornadas de **junho de 2013** eclodiram com a convocação do Movimento Passe Livre, um coletivo juvenil. O que estava em jogo no primeiro momento era a redução das tarifas dos transportes públicos. Mas suas propostas adquirem outra amplitude, expressas no lema do movimento (“por um mundo sem catracas!”). Lema que se concretiza em formas de organização que recusam sistemas hierarquizados de poder e defendem a tomada horizontal de decisões.

Atualmente os e as **jovens** têm um peso populacional significativo e assumem a cena pública com outras demandas e uma nova linguagem, articulada em torno das tecnologias de comunicação, das redes sociais, de imagens e da cultura. É necessário aos adultos escutar, conhecer, conviver e aprender com os jovens. É urgente que surja outra interpretação sobre a dinâmica do mundo urbano, e de novas formas de mobilização social, forjadas no diálogo e no aprendizado entre gerações. Vivemos também uma crise de legitimidade das lideranças políticas historicamente constituídas. As **novas lideranças** nacionais surgirão desta geração jovem.

A construção de cidades para todos depende da **inversão de prioridades** nas políticas públicas estruturais, como o enfrentamento da questão da terra urbana e daqueles que a retêm para fins especulativos, garantindo nas cidades a função social da propriedade. Também é necessária a inversão radical dos investimentos, para atender emergencialmente e de forma maciça as periferias; a provisão de moradia para todos; a construção de um sistema integrado de transporte público.

Não basta melhorar a vida dos mais pobres por meio das políticas sociais. É preciso corrigir desigualdades e promover mudanças que alterem a estrutura da sociedade, articulando as lutas urbanas com outras demandas, como a reforma agrária, ampla e democrática; a reforma do sistema político por iniciativa popular; a democratização dos meios de comunicação; a reforma tributária que corrija as injustiças do sistema de impostos do país. E também articulando os problemas locais às questões globais. Assim será possível formular respostas frente às novas questões do mundo urbano, com perseverança e paciência. E forjar um novo projeto de sociedade, onde seja **efetiva a cidadania, nas cidades e no campo**. Juntos poderemos construir outros mundos possíveis.

Neste processo, as CEBs têm exercido um papel significativo, com sua experiência de vivência comunitária, reforçando laços de sociabilidade e, aliadas a outras forças sociais, mobilizando-se com seu histórico envolvimento pelo direito de todos à cidade. Elas participam de um conjunto de iniciativas que se opõem ao individualismo, à indiferença e ao distanciamento entre as pessoas, rechaçando todas as formas de intolerância, inclusive a religiosa. As CEBs também contribuem para a afirmação de valores contrários ao consumismo e à desumanização. Mas sozinhas elas não têm possibilidade de enfrentar os imensos desafios que afetam a todos os moradores das cidades. As CEBs precisam **estabelecer pontes** com outros grupos sociais que almejam as mesmas mudanças, apostar no ecumenismo e no diálogo inter-religioso e com aqueles que não professam nenhum credo, para fazer do mundo urbano um lugar para o bem viver e conviver. Assim cultivar o cuidado das pessoas, das coisas e da natureza. E construir uma **cultura de paz e de solidariedade** nas cidades.

1 - Pensando nas situações concretas de sua cidade, que outras contribuições específicas as CEBs podem oferecer para enfrentar os desafios no mundo urbano?

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) e Observatório da Sociedade Civil. *Caminhos para um desenvolvimento justo*. A sociedade civil na linha de frente da luta socioambiental. São Paulo, 2015.

BERGOGLIO, Cardeal Jorge Mario: **Deus na cidade**: *Vida Pastoral*, ano 55, nº 294, Paulus, janeiro-fevereiro de 2014, (disponível em <http://www.vidapastoral.com.br/wp-content/uploads/2014/01/janeiro-fevereiro-de-2014>)

BRASIL. Conselho das Cidades. **A Função Social da Cidade e da Propriedade**: Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas. Texto de referência para a etapa municipal da 6ª Conferência das Cidades. 2015 (disponível em www.cidades.gov.br/6conferencia).

BRASIL. *Direitos da Juventude: subsídios para o debate*. 3ª Conferência Nacional de Juventude. As várias formas de mudar o Brasil. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio): Secretaria Nacional de Juventude: Conselho Nacional de Juventude. Rio de Janeiro: Brasília, 2015 (disponível em <http://juventude.gov.br/conferencia/eixos-de-debate/>).

BRASIL. Minha Casa Minha Vida entregou 2,4 milhões de moradias. *Portal Brasil*, Brasília: 10/09/2015 (disponível em <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/09/minha-casa-minha-vida-entregou-2-4-milhoes-de-moradias>).

A CARTA A DIOGNETO, Petrópolis: Vozes, 1976.

CARTA mundial pelo direito à cidade. Documento produzido a partir do Fórum Social Mundial Policêntrico de 2006 (disponível em <http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>).

COMBLIN, José. Viver na cidade. APUD: José Oscar BEOZZO (Org.). *Curso de Verão Ano VIII*. São Paulo: CESEP: Paulus, 1994, p. 57-97.

DIDAQUÉ, *O catecismo dos primeiros cristãos para as comunidades de hoje*. São Paulo: Edições Paulinas, 3ªed., 1989.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Minha Casa Minha Vida**: a responsabilidade coletiva de um desastre urbano. *Revista Contraste*, v. 1, p. 110-119, 2014.

FERREIRA, João Sette Whitaker. Repenser la précarité urbaine ou repenser le mode de production de la ville capitaliste? Conférence Internationale Repenser les Quartiers Précaires. Quartiers Précaires: construction d'un fait social, paradigmes et retour critique. Paris, 8-9 juin 2015.

FERREIRA, João Sette Whitaker. São Paulo: cidade da intolerância, ou o urbanismo "à brasileira". *Revista do IEA – Estudos Avançados – Dossiê São Paulo - vol.25, nº 71, São Paulo jan./abr. 2011.*

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, *Anuário Brasileiro da Segurança Pública 2015*. Ano 09, São Paulo: FBSP, 2015.

GUERRA, Flávio, MUGLER, Monica e ROSSI, Roberto. Convergência de três olhares - Síntese do seminário. In: Solange S. Rodrigues (Org.). *CEBs e mundo urbano*. Perspectivas no pontificado de Francisco. Rio de Janeiro: GraVida, 2016, p. 79-82.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Características da população e dos domicílios. Dados do universo. (disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf).

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: *Cidades rebeldes*. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013, p.19-26.

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. A utopia é urbana – e distopia também: sobre urbanismo ecológico e outros conflitos. Reportagem sobre o Simpósio Internacional Urbanismo Ecológico. São Paulo: 16/10/2014 (disponível em <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2014/10/16/a-utopia-e-urbana-e-a-distopia-tambem-sobre-urbanismo-ecologico-e-outros-conflitos>).

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. David Harvey: “Nós estamos construindo cidades para investir, não para viver”. Reportagem sobre a abertura do Seminário Cidades Rebeldes, São Paulo, 10/06/2015 (disponível em <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/06/10/david-harvey-nos-estamos-construindo-cidades-para-investir-nao-para-viver/>).

PANORAMA dos Resíduos Sólidos no Brasil, 2014. São Paulo: Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - ABRELPE, 2015.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. Coleção Primeiros Passos, n. 203. São Paulo: Brasiliense. 1988.

ROLNIK, Raquel. Remoções forçadas em tempos de novo ciclo econômico. Agência Carta Maior, 12 de agosto de 2012 (disponível em <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Remocoes-forçadas-em-tempos-de-novo-ciclo-economico%0d%0a/4/25808>)

ROLNIK, Raquel. A questão urbana no Brasil contemporâneo. In: Solange S. Rodrigues (Org.). *CEBs e mundo urbano*. Perspectivas no pontificado de Francisco. Rio de Janeiro: GraVida, 2016, p. 15-23.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Reconhecer para libertar*: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VALENTE, Gabriela, BATISTA, Henrique Gomes e CARNEIRO, Lucianne. *Morar no século XXI*. Série de reportagens publicadas no Jornal O Globo, Rio de Janeiro: 30-31/8/2015 e 1/9/2015.

WASELFISZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil. Brasília - DF, 2015. (disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf).

ANEXOS

ANEXO I

Experiências significativas de CEBs no mundo urbano

Na sua Encíclica social, *Laudato Si': sobre o cuidado da casa comum* (LS), o Papa Francisco aborda, além das muitas questões relativas à “raiz humana da crise ecológica”, a necessária construção de uma “ecologia integral” e chama muita atenção para os espaços onde as pessoas vivem suas existências: a “ecologia da vida cotidiana”.

Admirável é a criatividade e generosidade de pessoas e grupos que são capazes de dar a volta às limitações do ambiente, modificando os efeitos adversos dos condicionalismos e aprendendo a orientar a sua existência no meio da desordem e precariedade. [...] É louvável a ecologia humana que os pobres conseguem desenvolver, no meio de tantas limitações. A sensação de sufocamento, produzida pelos aglomerados residenciais e pelos espaços com alta densidade populacional, é contrastada se se desenvolvem calorosas relações humanas de vizinhança, se se criam comunidades, se as limitações ambientais são compensadas na interioridade de cada pessoa que se sente inserida numa rede de comunhão e pertença. Deste modo, qualquer lugar deixa de ser um inferno e toma-se o contexto de uma vida digna. (LS, 148)

[...] Muitas pessoas, nestas condições, são capazes de tecer laços de pertença e convivência que transformam a superlotação numa experiência comunitária, onde se derrubam os muros do eu e superam as barreiras do egoísmo. Esta experiência de salvação comunitária é o que muitas vezes suscita reações criativas para melhorar um edifício ou um bairro. (LS, 149)

É sobre as “alegrias e tristezas” das muitas experiências de “ecologia da vida cotidiana”, vividas pelas nossas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) nos grandes e médios centros urbanos, que queremos trazer aqui neste anexo do texto-base³.

O que se quer é mostrar a diversidade de maneiras e formas pelas quais as comunidades enfrentam cotidianamente os desafios do mundo urbano. São as “experiências de ecologia humana que os pobres conseguem desenvolver, no meio de tantas limitações”, onde tecem “laços de pertença e convivência”, transformam a superlotação “numa experiência comunitária” e suscitam ações criativas. É a “salvação comunitária” que as CEBs produzem nas cidades. Os relatos foram distribuídos em torno de três temas: Organização comunitária e pastoral; Mobilizações populares por moradia e vida digna; e Outra economia é possível.

ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E PASTORAL

1) Comunidade de Nossa Senhora de Fátima

A comunidade de Nossa Senhora de Fátima é uma CEB de Juazeiro do Norte, no Ceará. Ela congrega homens, mulheres, jovens, adolescentes e crianças, moradores dos bairros Pio XII, Casas Populares e Timbaúba, na periferia da cidade. Hoje, ao todo, ela tem em torno de 50 lideranças comunitárias ativas, com uma forte presença feminina. A região abrange uma população de cinco mil habitantes.

Em sua gênese (1984-1986) essa CEB teve a ação de jovens integrantes de um grupo chamado SINAI. Esses jovens eram alunos e alunas do Ginásio São Francisco, e tinham entre 13 e

³ As experiências que se seguem foram enviadas pelas CEBs de diferentes Regionais, reunidas e organizadas por Pe. Geraldino Rodrigues, Sérgio Coutinho e Solange Rodrigues. Alguns relatos estavam muito extensos e foram resumidos.

19 anos. O grupo contava com 15 membros que, animados por um professor de ensino religioso, iniciaram uma ação missionária despreziosa, mas fiel. Todo sábado eles estavam lá através de visitas, encontros, diálogos com moradores da área.

Na época duas jovens já realizavam na área catequese de iniciação eucarística. Mais tarde unidos a estas catequistas, os jovens do grupo SINAI passaram a assumir a catequese de iniciação eucarística e outras atividades no referido espaço. Na gênese da comunidade Nossa Senhora de Fátima, se constata a iniciativa de catequese com crianças e catequese com adultos, a partir da dimensão celebrativa dos encontros da Novena de Natal, das Novenas da Quaresma e também do mês de maio na devoção mariana.

O início foi na residência do casal Ana e Pedro Sobreira, a catequese se dava no fundo de quintal, utilizando mamulengos de bonecos, fantoches que apresentavam o tema a ser desenvolvido no encontro catequético. Depois em grupos de 10 as crianças se encontravam com os catequistas e iam aprofundar aquilo que os mamulengos haviam apresentado. Era a forma de assumir a proposta que em 1983 o documento “Catequese Renovada” havia trazido para a Igreja. A comunidade nasce em 1986. A comunidade tem um processo que vai se firmando até os anos 90, no qual foi sendo gestada a *Associação Comunitária Nova Nazaré (ACNN)*, concebida oficialmente em 1991.

O surgimento da ACNN foi resposta ao apelo surgido da comunidade para ter um espaço onde se pudessem trazer as questões mais ligadas à vida do bairro, às necessidades do povo da área, saneamento básico, saúde, educação e ter um canal para o diálogo com os poderes públicos, com o poder civil e etc.. O entendimento era que a Associação teria mais condições de interagir com os poderes constituídos, para cobrar, fazer projetos e conseguir benefícios para o bairro, e estas ações ficariam limitadas numa comunidade eclesial. Foram essas as necessidades que motivaram a criação da ACNN.

AACNN, filha da Comunidade Nossa Senhora de Fátima, nasceu por intermédio de um grupo de pessoas da própria comunidade de maneira toda especial, com o apoio da religiosa Irmã Concilia Pires, da Congregação das Missionárias de Jesus Crucificado. Ela era muito experiente nessa questão de associações e colaborou na organização, principalmente na redação do estatuto, ajudando na formalização da Associação. Os primeiros integrantes eram pessoas que vinham, em sua grande maioria, da zona rural de Juazeiro e das cidades próximas. E elas traziam aquilo que é próprio da pessoa da zona rural, o espírito comunitário, associativo, a luta comum. Eram pessoas que tinham a experiência nas roças comunitárias, na coivara, em casas de farinha, em momentos comunitários e celebrativos, na religiosidade popular. Então isso entrou muito forte na comunidade Nossa Senhora de Fátima ajudando no seu desenvolvimento.

Ao longo desses 24 anos a Associação Nova Nazaré promoveu cursos formativos e profissionalizantes, como também obteve conquistas importantes: água, telefone público, coleta de lixo, calçamento, construção de espaço de lazer ao lado do Salão Capela, construção da sede com auditório para 50 pessoas, realização de 7 Semanas da Cidadania em preparação ao Grito dos Excluídos, tendo um dia para ações sociais com a participação, em média, de 500 participantes por evento.

2) Comunidade São José Operário

A Comunidade São José Operário nasceu no começo da década de 1970, com a presença dos padres da Congregação dos Sagrados Corações. Era a “Capela” onde se realizavam apenas missas uma vez por mês, conta D. Lili a “catequista da Favela”.

Em 1977 chega à Vila Prudente, na Grande São Paulo, o Pe. Patrick J. Clarke, missionário Irlandês da Congregação dos Espiritanos. Começa o trabalho missionário nas favelas da

região em companhia de D. Lili e de Seu Antônio. A favela de Vila Prudente é a mais antiga de São Paulo, uma ocupação do final da década de 1940.

Quando da chegada de Pe. Patrick, não existia saneamento básico e havia apenas uma torneira para abastecer os moradores. No começo da década de 1980, de casa em casa e acompanhado por D. Lili, Pe. Patrick foi rezar o terço, e na reza se refletia sobre a situação das famílias naquele momento e se questionava: “Será a vontade de Deus que seu povo esteja nessa situação? Será que nós cristãos não podemos fazer alguma coisa para mudar?”

Depois de um ano começa a germinar o que seria o mutirão para a construção do esgoto. A Igreja era o espaço de reunir o povo e refletir, organizar e discutir as estratégias para o mutirão para a construção do esgoto, que em 1984 tem o seu começo.

Paralelo a tudo isso nasce o *Movimento de Defesa do Favelado da Região Episcopal Belém- MDF*, fruto do trabalho missionário do processo de organização e do encontro de lideranças das favelas das regiões de Vila Prudente, Sapopemba e São Mateus.

A *Creche Júlio Cesar de Aguiar* que é administrada pelo MDF e funciona dentro da Favela também é fruto do processo de organização, e a *Capela São José Operário* o espaço de reflexão / oração / ação. Com apoio dos arquitetos Marta e Vitor Lotufo, e do grande incentivador das lutas do MDF, D. Luciano Mendes de Almeida, então Bispo Auxiliar da Região Episcopal Belém, começa o mutirão para a construção da Creche. Em 1990 é assinado o convênio com a Prefeitura de São Paulo.

Hoje, a comunidade São José Operário se tornou uma Área Pastoral das Favelas com mais três comunidades, fruto do seu trabalho missionário: São Francisco (Favela Ilhas das Cobras/ João Afonso), Santa Terezinha (Favela Viela da Sabesp) e Nossa Senhora Aparecida (Favela Jacaraípe/Morro do Péu). E dá continuidade à evangelização na ação, tendo no MDF o seu rosto de luta e mística.

3) Comunidade de Jardim Progresso

A região Jardim Progresso começou a se formar no final da década de 1970 na periferia da cidade de Mandaguari, no noroeste do Paraná. Foi para este bairro que se mudaram inúmeras famílias de agricultores e trabalhadores rurais que buscavam reconstruir a vida na cidade, movidas pelo êxodo rural após uma enorme geada decretar o fim do ciclo da cultura cafeeira na região.

Com infraestrutura precária, uma população formada predominantemente por pessoas de baixa escolaridade, o desemprego e a ausência do poder público, logo o bairro começou a sofrer com problemas de cunho social, a discriminação de sua população e o aumento da criminalidade. Na década de 1990 o Jardim Progresso era considerado o bairro mais violento de Mandaguari, situação chegou a fazer com que os próprios policiais tivessem receio de fazer rondas e abordagens nesta área, solicitando reforços toda vez que precisavam realizar tais ações.

Preocupada com esta condição, a Igreja intensificou sua presença na vida dos fiéis, estimulando a organização social e despertando nas pessoas a consciência de que com união seria possível promover as mudanças estruturais necessárias para melhorar a vida daquela comunidade.

A proposta teve respaldo das irmãs da *Congregação São João Batista*, que haviam se estabelecido no bairro em 1993. Ao conhecerem a realidade do bairro, as Irmãs Batistinas começaram um trabalho focado nas crianças, adolescentes e famílias em situação de risco social. Este trabalho culminou na criação do *Instituto Promocional Jesus de Nazaré*, entidade filantrópica que atualmente atende cerca de 300 pessoas com projetos educacionais, culturais, religiosos, atividades de lazer e inclusão social. As ações do Instituto incluem o projeto Bumba meu Boi, Capoeira, Escola de Música Tico-Tico, Dança do Ventre, Balé, entre outros que atraíram pessoas que viviam nas periferias sociais e culturais oferecendo-lhes a chance de maiores oportunidades.

Organizada em sete setores para levar as ações para mais perto das pessoas, a comunidade passou a se constituir numa autêntica Comunidade Eclesial de Base, o que desencadeou um processo de formação e multiplicação de lideranças. Finalmente a comunidade da periferia, que durante anos ficou esquecida pelo poder público e por muitas vezes foi discriminada pelo restante da sociedade mandaguariense, estava despertando e tornando-se gestora de suas próprias mudanças.

Em paralelo, o trabalho do *Instituto Promocional Jesus de Nazaré* também começava a surtir efeitos, junto às famílias atendidas, às crianças que participaram dos seus projetos e aos adolescentes beneficiados. Este novo cenário foi responsável pelo resgate de inúmeros jovens que teriam suas vidas desviadas para o mundo das drogas e da criminalidade se não tivessem encontrado apoio e orientação nesta fase crucial para formação da personalidade e do caráter do cidadão.

Até então passiva frente às decisões que afetavam o bairro e seus moradores, e praticamente alheia às questões relevantes do município, a comunidade passou a participar ativamente de todas as discussões e eventos nos quais eram tratados temas de interesse do município, integrando os Conselhos Municipais e as Comissões das Águas, entre outros.

Após consolidar a transformação no bairro, a comunidade entendeu que poderia ir além. As lideranças comunitárias ligadas às CEBs fomentaram o surgimento de outras lideranças, e a comunidade passou a contar com pessoas mais politizadas e comprometidas com os interesses da coletividade. Dentro deste processo, a comunidade se mobilizou e indicou o agricultor Jocelino Tavares, um de seus líderes, para disputar uma vaga na Câmara de Vereadores.

Este morador, um agricultor de origem humilde e que por mais de 30 anos conciliou a atividade agrícola com a profissão de garçom, foi eleito e foi escolhido para presidir o Legislativo

Municipal. Ele promoveu uma grande transformação na forma de gerir aquela Casa de Leis: adotou critérios técnicos para formar sua equipe; aumentou o controle sobre os gastos; fez uma gestão com transparência, sempre prestando contas à sociedade.

Ao final dos dois anos de mandato, a Câmara havia economizado quase dois milhões de reais, dinheiro que foi devolvido ao Executivo para ser aplicado em benefício da população. Um dos setores beneficiados foi o da saúde, para o qual foram adquiridos novos equipamentos para melhorar atendimento. Esta austeridade rendeu à Câmara de Mandaguari uma homenagem da Assembleia Legislativa do Estado como uma das Câmaras que mais reduziram gastos no Paraná.

Este modelo de gestão só foi possível porque o compromisso do vereador não era com grupos políticos ou econômicos. Isso mostra que quando comunidade se organiza em torno de objetivos comuns e fomenta o surgimento de pessoas comprometidas com a coletividade, é possível não apenas resolver sérios problemas sociais como os que afetavam a região do Jardim Progresso, como também mudar os conceitos de gestão pública e a forma de fazer política implantando administrações participativas e transparentes.

4) Rede de CEBs na Paróquia de Nossa Senhora do Rosário

A Paróquia Nossa Senhora do Rosário foi criada em 1976 e está localizada no norte da cidade de Porto Velho, em Rondônia. Além da Igreja Matriz e do Centro Social que atende a população dos bairros Pedrinhas e Olaria, cinco Comunidades formavam a rede de CEBs da paróquia na época desse testemunho: Nossa Senhora Auxiliadora, S. Sebastião, S. Paulo Apóstolo, Santo Expedito e Mãe Rainha. As cinco comunidades são organizadas, com fortes lideranças que expressam resistência forjada na fé e na força da união e da participação nas lutas pela melhoria dos bairros e da vida do povo. As comunidades permitem a descentralização e

proporcionam aos moradores mais distantes da sede o acesso aos serviços sociopastorais, sem a necessidade de deslocar-se até a matriz.

A Comunidade São Benedito está em fase de formação, a partir de seus grupos de reflexão. As outras quatro comunidades estão localizadas no Bairro Nacional, conhecido pelo narcotráfico escancarado, devido à proximidade com o rio e com a divisa do Estado do Amazonas; pela violência que impera entre as gangues formadas pelos jovens e, sobretudo, pela prostituição de menores. É uma área extremamente carente, e não possui locais públicos como quadras, parques, praças, áreas de lazer para a prática de esportes e outras atividades, onde crianças, jovens e adultos possam encontrar um ambiente lúdico e social. Diante desse grande desafio, as comunidades, em sintonia com a paróquia, adquiriram uma área de 1600m², com recursos próprios oriundos de campanhas e dízimo, na área da Comunidade S. Expedito.

Nesse local foi construída uma área coberta com banheiros e uma cozinha. No espaço aberto acontecem as reuniões da comunidade, as celebrações, encontro de jovens, catequese e formação. Nos dois quiosques cobertos com palha são realizadas muitas atividades com as crianças do bairro. Há ainda um espaço gramado, local de lazer da juventude. Quando o terreno ao lado foi colocado a venda, a Comunidade comprou-o com a ajuda da Paróquia e da Arquidiocese. Juntos, os terrenos somam uma área com mais de 3.000 m², conta com uma nascente e 20% de mata nativa.

É nessa área que nasceu o Projeto “Construindo em comunidade”, fruto da reflexão das CEBs da periferia urbana, a fim de defender e promover a qualidade de vida de nossa gente. Após algum tempo de funcionamento do projeto, atividades semanais e diárias de cunho social, religioso e recreativo já eram realidade e com muita participação: Oficinas e reuniões com jovens, atendimento médico, aconselhamento espiritual, dança de capoeira, celebração da Eucaristia e da Palavra, encontros de

formação da Pastoral da Criança, recreação, momentos de lazer e comemorações em datas especiais como Dia das Crianças (12 de outubro), Dia da Juventude (25 de outubro) e outros momentos significativos da vida do povo.

A presença efetiva das Comunidades Eclesiais de Base tem influenciado a juventude, surgindo a esperança de mudança. Após um ano de funcionamento e de parcerias, já era possível constatar a transformação social, através da capacitação profissional dos jovens, educação para a cidadania, novas modalidades de lazer, diminuição das drogas entre os participantes. Esse projeto uniu as comunidades do bairro, para a defesa da vida e a promoção dos direitos dos mais vulneráveis e excluídos. A reflexão, união e ação conjunta da rede de Comunidades têm contribuído para melhorar a qualidade de vida dos moradores do Bairro Nacional.

5) Nucleação na Paróquia de São Miguel Arcanjo

A organização dos núcleos na Paróquia São Miguel Arcanjo tem como objetivo organizar o espaço urbano em rede de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e teve início em 2003. A paróquia está localizada na cidade de São Miguel do Oeste, Diocese de Chapecó, em Santa Catarina. O ponto de partida foi a preocupação com o modelo catequético na cidade, que se reproduzia em forma de aula, perdendo a dinâmica da formação cristã e tinha pouca participação dos pais. A comunidade grande dificultava a relação entre as pessoas, o surgimento de novas lideranças e gerava um descaso com as questões sociais.

Diante destes desafios era preciso propor um novo modo de ser igreja na cidade. Naquele contexto a proposta de nucleação encontrou força também no excelente trabalho realizado pelas Zeladoras das Capelinhas de Nossa Senhora. A partir dessa organização já existente na cidade, iniciou-se o processo de nucleação em um dos bairros, com 14 núcleos. Daí, a proposta foi expandida, atingindo hoje 125 núcleos em 14 bairros da cidade.

E foi organizada a catequese familiar em pequenos grupos, que acontece nas casas.

O primeiro momento da nucleação é um período de reflexões, debates. É importante que a proposta comece também na prática, por exemplo, com uma celebração reunindo núcleos vizinhos, por ocasião de um acontecimento especial. Este é um momento solene, que marca profundamente os participantes e a caminhada comunitária. Essas celebrações expressam a comunhão entre os núcleos e fortalecem o espírito de unidade eclesial. São também momentos festivos, de encontro, de partilha da vida, alimentos, chimarrão etc. O que por vezes é difícil acontecer no espaço urbano, mesmo entre vizinhos próximos.

Aos poucos os núcleos vão constituindo suas lideranças a partir de necessidades e serviços, como a catequese, as capelinhas de Nossa Senhora, a pastoral do batismo, da esperança, da visitação e da acolhida e outros. E neste processo os núcleos vão adquirindo mais segurança para realizar suas iniciativas solidárias, de conduzir suas celebrações com animações próprias, de fortalecer lutas concretas em torno de causas comuns.

A catequese passa a acontecer nas casas das famílias, em grupos menores de 5 a 7 catequizandos. Algumas celebrações de caráter sacramental também são possíveis nos núcleos, como batizados, renovação das promessas do batismo, confissões; a organização de grupos de reflexão/família, escolas bíblicas etc..

Outros elementos significativos são os princípios da acolhida, da aproximação humana e afetiva, da solidariedade com os/as empobrecidos/as. A pessoa acolhida começa a se sentir parte do outro/a e com o outro. Passa a se envolver nos serviços comunitários, e aos poucos no envolvimento social, político transformador. Quando os núcleos chegam a essa organização, começam a ganhar o rosto de uma “Igreja de CEBs”.

Um diagnóstico socioeconômico permite que a Comunidade Eclesial de Base perceba alguma realidade emergencial que necessita de intervenção coletiva, o que tem dado origem a ações

sociais, como abaixo-assinados, campanha contra os agrotóxicos e pela vida, conscientização para coleta seletiva do lixo, limpeza de rios, luta por moradia, visita às crianças recém-nascidas, aos doentes, ao presídio, às favelas e outras realidades. Essas ações e experiências possibilitam a formação da consciência social e política transformadora frente às realidades urbanas. Mas ainda temos longo caminho a percorrer neste aspecto.

Foi construída toda uma dinâmica para a escolha dos nomes dos núcleos. Alguns destes lembram nomes de pessoas queridas pela comunidade atribuindo o nome do grupo como memória; outros recebem nomes de lugares por onde Jesus passou; ou de mártires, santos/as e outros.

Apartir de 2007 a nucleação agrega outro elemento significativo, os *seminários da cidade*, que têm por objetivos aproximar as pastorais, movimentos populares, as organizações sociais, grupos de resistência e expressões culturais do meio urbano em torno de lutas comuns; aprofundar o estudo sobre a realidade urbana e seus desafios e esperanças; fortalecer esse jeito de sermos Igreja CEBs na cidade, comprometida com a vida e que provoquem ações de conjunto. Desde então já foram realizados nove seminários da cidade. Os seminários revelam o jeito de ser Igreja CEBs, a alegria do encontro das pessoas dos núcleos, das lideranças e organizações populares urbanas, expresso com a simbologia e a mística que brota das realidades periféricas.

O projeto de nucleação conta com uma coordenação menor e outra ampliada, com representações das bases nucleadas da cidade, e periodicamente acontecem encontros de estudo, avaliação e planejamento. E se articula também com outras paróquias da Região e da Diocese de Chapecó.

O processo de nucleação carrega uma infinidade de potencialidades e também desafios. E encontra resistências, a começar por algumas lideranças que têm a mentalidade de uma Igreja piramidal. A nucleação ou setorização requer perseverança para sustentar seu espírito fundante, da Igreja nas casas, da

iniciação cristã, da visitação, da acolhida, da solidariedade, da partilha, enfim, do compromisso transformador. Em termos de significados o projeto de nucleação recupera um sentido originário da nossa fé, ou seja, o modo de vida dos primeiros cristãos (cf. At 2,42-47).

MOBILIZAÇÕES POPULARES POR MORADIA E VIDA DIGNA

6) Comunidade da Trilha

Em torno da década de 1940, em Fortaleza, no Ceará, começavam a chegar na Via Férrea (ou seja, na “rua do trilho”) muitas famílias vindas do interior, buscando uma melhor condição de vida. Nesta área cheia de mato, foram construindo suas casas e o campo de futebol, que se chamava Madureira, e até hoje é muito conhecido.

Durante algumas décadas não tinha muita coisa nesta área e nem nas proximidades. Próximo havia uma salina, riachos, onde as pessoas tomavam banho, lavavam roupas, pegavam água no chafariz que ficava onde hoje é a Avenida Engenheiro Santana Júnior. Era uma localidade com características do interior. Com o passar dos anos, as pessoas foram se organizando e tomando consciência de que possuíam direitos, como saneamento básico, água, escola, creche, e outros benefícios, que começaram a buscar.

E surgiram dificuldades, como a especulação imobiliária. A Comunidade da Trilha tem características próprias de muitas lutas, resistências contra grupos imobiliários e contra a Rede Ferroviária, pois as casas ficam muito próximas dos trilhos do trem. Com o tempo, ao redor das casas foram aparecendo muitas construções: prédios, mansões, *shopping centers*, supermercados etc., o que os deixou isolados em meio ao “desenvolvimento” da cidade. Um desenvolvimento que não enxerga os pobres, que os coloca cada vez mais para fora da cidade, para a periferia, onde os serviços

públicos não chegam, longe de tudo, inclusive das possibilidades de trabalho. Os membros da comunidade começaram a se dar conta de que estavam morando numa área privilegiada da cidade, num bairro importante, que recebia os principais investimentos da cidade, e que era muito caro morar ali, pelo alto poder aquisitivo dos novos moradores. A comunidade não tinha onde se reunir e fazia as reuniões nas casas. As missas eram no meio da rua.

A comunidade “Trilha do Senhor”, situada às margens da Via Férrea, entre as Avenidas Santos Dumont e Pe. Antônio Tomaz, no bairro Aldeota, teve ao longo de sua história muitas vitórias, como a construção da Vila da Paz com 13 casas, a Vila das Cinco e por último a Capela Nossa Senhora das Graças. Todas foram construídas em mutirão pelos moradores da Comunidade e também de outras comunidades solidárias à sua luta, no tempo em que a Arquidiocese de Fortaleza era liderada por Dom Aloísio Lorscheider.

Uma história que foi construída à luz do Evangelho, com muitas reflexões. A capela foi erguida em sete dias, em cima de uma rampa de lixo, que existiu durante oito anos, para que o mercado imobiliário não construísse nada neste local. Durante este tempo foram feitas muitas campanhas, festas juninas, bingos, rifas para a construção da capela. Ela completou 27 anos de perseverança, resistência e muita teimosia. Nela aconteceram as vigílias de resistência, as reuniões para criar estratégias de resistência. É nela onde se celebram a vida e a luta diária, junto com os companheiros da própria comunidade e de outras comunidades.

Quando a comunidade soube que Fortaleza iria sediar jogos da Copa do Mundo de 2014 houve muita preocupação, pois seria uma boa desculpa para o reinício das especulações, e o despejo das comunidades que ficam às margens do trilho. Diante desta situação, em outubro de 2009 os moradores da Trilha começaram a reunir e discutir os problemas que já se delineavam.

Tudo teve início com um ato público na Trilha, dentro da programação da festa de aniversário de 22 anos da Capela Nossa Senhora das Graças. Foi um ato de alerta mostrando para a comunidade o perigo que viria. E também foi uma demonstração para a sociedade de que eram contra a remoção. O ato teve repercussão positiva na imprensa, noticiado pelo Jornal “O Povo”.

Durante as discussões foi sendo percebida a necessidade de se unir a outras comunidades à beira do trilho, que também vinham sofrendo com a mesma problemática. Certo dia apareceram alguns jovens querendo conversar sobre a Copa 2014. Estes jovens se apresentaram como membros de um movimento chamado *Organização Resistência Libertária (ORL)* e tinham o intuito de apoiar nossa luta. Foi uma força de ânimo para continuarmos nossas discussões.

No início, foi difícil reunir o povo, pois os moradores ainda estavam sob o efeito contagiante dos prováveis benefícios da Copa do Mundo. Diante das dificuldades encontradas no percurso da luta, sentiu-se a necessidade de criar uma comissão com representatividade de cada comunidade. Fez-se uma votação e foram eleitos dois moradores para fazer parte desta comissão juntamente com os apoiadores com o objetivo de nos reunir e animar as comunidades. A comissão também seria uma referência de luta e resistência contra a possível remoção. O movimento foi construído basicamente de moradores sem envolvimento partidário.

Com o lema “Trilha Insista, Persista e não Desista”, foram organizadas algumas estratégias para conquistar os moradores. Uma delas foi sair da Trilha e ir às comunidades vizinhas para levar informação e ouvir a opinião dos moradores. Assim, conseguiu-se reunir os moradores nas suas próprias comunidades semanalmente. E para fortalecer o movimento realizaram-se assembleias quinzenais em cada comunidade, com a participação de 100 a 150 pessoas em média. Além disso, realizou-se uma Audiência Pública na Câmara de Vereadores, reuniões com a Defensoria Pública e, por fim, com o Ministério Público Federal.

Apesar de toda luta e organização, muitas famílias acabaram por ser removidas, despejadas para bem longe dos laços de vizinhança que se construíram com respeito, amizade e paz durante tantos anos. Muitos idosos ficaram doentes, e até vieram a falecer, devido ao sofrimento causado pelas obras para a Copa.

Hoje a comunidade é um amontoado de entulhos de casas que foram derrubadas. Os agentes do Estado não vieram nem para remover as marcas que deixaram. Como forma de continuar a resistência, as casas que permaneceram, com o dinheiro das indenizações, foram construídas outros andares como que uma “proteção”. Hoje, cada casa não é uma só, são duas, são três. O processo de resistência de alguma forma continua.

7) Luta por moradia em Belo Horizonte

Até o final de 2014 foram construídos em Belo Horizonte pouco mais de 1000 apartamentos pequenos em prédios de 5 andares sem elevadores pelo *Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV)* para famílias com renda de até R\$ 1.600,00, após mais de quatro anos de existência do referido programa. Na capital mineira, apenas no primeiro dia de cadastro para o PMCMV, em 2009, 199 mil famílias se inscreveram, o que demonstra o imenso *déficit* habitacional. Porém não houve uma resposta efetiva a essa demanda.

Não há outro programa de construção de moradias para a população empobrecida em Belo Horizonte, além do PMCMV, que beneficia primordialmente as construtoras. A construção de unidades habitacionais pela prefeitura, no programa Vila Viva, não se presta a atender o *déficit* habitacional de Belo Horizonte. De 7.957 remoções realizadas pelo programa, somente 3.950 importaram em reassentamento – sem titulação - em apartamentos. Outros receberam indenização pela remoção compulsória. A indenização é sempre injusta, pois não indeniza o valor do imóvel, mas apenas o valor da construção da casa ou do barraco,

ignorando o direito à posse. Nos últimos 22 anos o Governo do estado de Minas Gerais não construiu nenhuma moradia para as famílias de zero a três salários mínimos em Belo Horizonte, nem na região metropolitana.

O povo, sem-terra e sem-casa, não tolera mais sobreviver sob a pesadíssima cruz do aluguel. Não aguenta mais a humilhação que é sobreviver de favor: peso nas costas de parentes, chateação cotidiana e perda de liberdade. Muitos criticam a promiscuidade com que vivem muitas famílias. Ora, como não expor crianças às cenas íntimas ou indesejáveis que ocorrem nas casas se o espaço de convivência é totalmente inadequado?

Três fatores, dentre outros, estão movendo os oprimidos para a luta coletiva em ocupações de terrenos abandonados:

a) A necessidade, melhor dizendo, a injustiça social e com ela o imenso *déficit* habitacional que campeia;

b) As jornadas das manifestações populares de junho de 2013 despertaram muita gente que está acordando para a necessidade e justiça das lutas coletivas. O descrédito na política e a precariedade na prestação dos serviços públicos legitimaram diversos gritos nas ruas;

c) O exemplo positivo, em Belo Horizonte, da Ocupação-comunidade Dandara – e de outras ocupações exitosas. Muita gente oprimida está dizendo assim: *“Se o povo da Dandara está conquistando 1.500 casas e vários outros direitos, nós também podemos conquistar. Por isso vamos para a luta coletiva.”*

Em Belo Horizonte, dois exemplos podem ensinar muito a todas as nossas comunidades e, especialmente, às autoridades que levam a sério o grave problema social da moradia. O primeiro foi em 2010, quando a tropa de choque da Polícia Militar de MG acompanhou guardas municipais, fiscais e gerentes da prefeitura, que sem a necessária prévia autorização judicial, demoliram 11

casas de alvenaria na Ocupação Zilah Spósito/Helena Greco. Jogaram gás de pimenta no povo, inclusive em uma criança de quatro anos e em idosas. Fizeram um terror. Mas, as Brigadas Populares, a CPT e rede de apoio chegaram rapidamente e, sob a liderança da Defensoria Pública de Minas Gerais, da área de direitos humanos, conquistaram uma liminar judicial que impediu a demolição das vinte casas que resistiam em pé. Após cinco anos, a Ocupação tem 200 casas de alvenaria construídas. Conquistou-se ainda, como consequência da ação atabalhoada, a saída de um secretário da prefeitura de BH, da Regional Norte, que comandou a operação. O Ministério Público da área de Direitos Humanos denunciou também 11 soldados que estão respondendo processos. E o povo está lá, firme na luta.

O segundo exemplo ocorreu na região do Barreiro, nos dias 11 e 12 de maio de 2012. Foi um verdadeiro aparato de guerra que contou com 400 policiais, cavalaria, helicóptero da PM e o “caveirão” (veículo blindado). Uma ação militar que durou 36 horas, despejou 350 famílias da Ocupação Eliana Silva, organizada pelo MLB – Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – com apoio da CPT. Aterrorizaram as crianças que, abraçadas às mães, gritavam com medo de morrer. Três meses depois, a Ocupação Eliana Silva “ressuscitou” ocupando outro terreno a um quilômetro de distância e, após três anos, já há 350 casas de alvenaria construídas, a COPASA já ligou o sistema de água e esgoto e a Comunidade segue, de cabeça erguida, sob a guia responsável e determinada do MLB.

Sob a liderança de movimentos sociais populares (como as Brigadas Populares e o MLB), com o apoio da Comissão Pastoral da Terra e de uma Ampla Rede de Apoio, o povo de 14 Ocupações urbanas de Belo Horizonte e Região Metropolitana construiu nos últimos 10 anos 11.678 casas de alvenaria, nas comunidades Camilo Torres, Dandara, Irmã Dorothy, Zilah Spósito/Helena Greco, Novo Lagedo, Rosa Leão, Esperança, Vitória, Paulo Freire, São Lucas, Tomás Balduino, Shekináh, Novo Horizonte,

e Guarani Kaiowa. Por outro lado, a prefeitura de BH nos últimos 10 anos já demoliu mais de 15.000 casas. Ou seja, mais destrói casas do que constrói.

E não tem sido só a construção de casas, mas a construção de pessoas, de valores que se contrapõem aos da sociedade capitalista: a colaboração, a solidariedade, o reaproveitamento, o trabalho coletivo e em mutirão, a produção de alimentos sem agrotóxicos, a troca, a amizade e o cuidado. Isso revela pedagogias emancipatórias sendo colocadas em prática na luta pela terra e pela moradia na cidade.

Essas conquistas se tornam possíveis graças à conjugação de muitas forças vivas da sociedade, tais como: a) a construção de movimentos sociais populares idôneos e realmente comprometidos com a luta dos injustiçados; b) organização dos pobres; c) constituição de uma rede de apoio externo que aglutina forças vivas da sociedade; d) busca incessante de conhecimento crítico e criativo; e) clareza sobre o projeto de cidade e de campo que queremos; f) cultivo de místicas libertadoras; g) solidariedade mútua; h) trabalho coletivo.

Após as grandes manifestações populares de junho e julho de 2013, quando milhões de trabalhadores foram às ruas, clareou para os que andavam meio desanimados ou conformados que o caminho a ser seguido é o das mobilizações, das manifestações coletivas. Essa realidade influenciou, nos últimos meses, milhares de famílias de baixa renda em Belo Horizonte, que resolveram não ficar esperando pelos frágeis e quase inexistentes “programas habitacionais” de prefeituras e governos. Foram à luta pelo direito humano de morar dignamente.

No final do mês de julho de 2014, famílias de sete ocupações, organizadas pelo MLB, CPT e Brigadas Populares, realizaram uma histórica ocupação da prefeitura reivindicando a regularização de suas comunidades, ligação de água, energia elétrica, esgoto, título de posse etc.. Uma comissão de representantes das famílias pela primeira vez foi recebida pelo prefeito que, pressionado, foi

obrigado a se comprometer com as bandeiras de luta colocadas pelos movimentos que acompanham as ocupações. A repercussão foi nacional e acabou sendo outro fator impulsionador para dar mais coragem aos milhares de outras famílias sem-teto que também estão se mobilizando no Estado de Minas.

Nas lutas coletivas por moradia digna, narradas acima, há participação direta de alguns freis, algumas freiras, alguns padres, alguns seminaristas, alguns membros de Comunidades Eclesiais de Base, vários pastores e apoio de bispos. Mas a luta por moradia não está sendo liderada pelas CEBs e, sim, pelos movimentos sociais populares. No tocante ao desafio urbano “luta por moradia digna” as CEBs poderiam contribuir mais. Enfim, nas ocupações urbanas, via de regra, se coloca em prática o espírito das CEBs, mas sem o rótulo CEBs.

OUTRA ECONOMIA POSSÍVEL

8) Beneficiamento de polpas de frutos no Assentamento Paraíso das Acácias

Em Porto Velho, Rondônia, o assentamento Paraíso das Acácias tem hoje mais de 160 famílias.

Duas famílias começaram a se reunir em torno da Palavra de Deus, e outras foram se juntando até formar várias Comunidades: Nossa Senhora dos Migrantes, Santa Luzia, Nossa Senhora de Fátima. Hoje o Setor Irmã Doroty integra oito Comunidades que somando com as demais formam a Rede de 21 CEBs da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Candeias do Jamari. A missa é celebrada a cada três meses, semanalmente as comunidades se reúnem para a reflexão e Celebração dominical da Palavra. O Dízimo foi organizado e tem a catequese.

Diante das dificuldades de sobrevivência e escoamento de seus produtos, a comunidade começou um projeto de economia solidária que está dando certo, com o esforço de todos, e a ajuda da

Caritas Arquidiocesana e da Emater. Trata-se do beneficiamento de polpas dos frutos regionais. Para os membros das comunidades, economia solidária não é assistencialismo e sim parceria e partilha com as comunidades urbanas que podem apoiar as iniciativas produtivas das comunidades dos assentamentos e comunidades rurais e ribeirinhas. Sobretudo, a feira da produção agrícola e artesanal das comunidades que acontece em algumas paróquias de Porto Velho.

9) Economia Solidária em Santa Maria

Na cidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, desde 1992 quando foi realizado o 8º Encontro Intereclesial de CEBs, a Economia Solidária teve um papel muito importante na participação das comissões, estudos, articulações e no Encontro como um todo. Todo o estoque de alimentação foi cuidadosamente conservado no Terminal de Comercialização Direta do Projeto Esperança/Coesperança, hoje denominado de *Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter* da Arquidiocese de Santa Maria.

O Projeto Esperança/Coesperança coordena e articula a Economia Solidária. Inspirados no livro “Pobreza Riqueza dos Povos” de Albert Tévoédjéré, nasceram muitos grupos no Brasil com incentivo aos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) que hoje chamam-se Projetos de Economia Solidária. Estes visam fortalecer a prática da partilha, o valor do trabalho, o consumo responsável, a dignidade humana e a solidariedade, numa mística transformadora.

Na Arquidiocese de Santa Maria, através do Projeto Esperança/Coesperança estão organizados aproximadamente 280 grupos de Economia Solidária da cidade e do campo, que congregam mais de 5.000 famílias e mais de 23.500 pessoas. Há 22 anos organiza-se anualmente no segundo final de semana de julho a Feira Internacional do Cooperativismo e a Feira Latinoamericana

de Economia Solidária, que reúne empreendimentos e organizações de todos os estados brasileiros, América Latina e de outros Continentes.

Em julho de 2015, passaram pela Feira mais de 245 mil pessoas. Foi um evento de grande envergadura Internacional com processos participativos, organizativos, autogestionários e transformadores. A Feira de Santa Maria é uma experiência “Aprendente e Ensinante” e dialoga com as experiências do Brasil e de outros países.

10) Projeto Pão & Arte na Comunidade Moisés Libertador

No ano de 1999 a Campanha da Fraternidade tinha por lema “Sem trabalho por que?”. Isto levou um grupo de mulheres desempregadas da Comunidade Moisés Libertador, na Região Belém, Zona Leste da cidade de São Paulo, a pensar em uma alternativa de geração de renda.

Iniciou com o *Projeto Pão & Arte*, produzindo pães caseiros de uma forma mais saudável e sustentável e a partir de 2003 firmou uma parceira com o MDF – *Movimento de Defesa dos Favelados*.

A partir de 2003 além de produzir pães, o Projeto também começou a usar diversos alimentos (polpa, casca, sementes, talo) e a produzir tortas, doces, sucos, bolos e iniciou a receber convites para servir em eventos.

Em 2013 com o financiamento da Caixa Econômica Federal iniciamos a constituição de uma cooperativa de mulheres para gerarem saúde e renda para as famílias. Nasce assim a *Cooperativa Pão & Arte*, que funciona no espaço da Comunidade Moisés Libertador.

Há uma padaria comunitária para produzir pães artesanais, e também as cooperadas servem em *buffet* uma alimentação saudável e sustentável.

11) Catadores de material reciclável em Parelhas e Caicó

Com o olhar profético e inspirado no evangelho no qual Jesus “ensinar a pescar” (Lc 5, 1-11) as CEBs da Diocese de Caicó, especialmente na cidade de Parelhas, no Rio Grande do Norte, estão desenvolvendo uma experiência com catadores de materiais recicláveis. O trabalho iniciou em 2010 com as primeiras visitas ao lixão da cidade por parte da equipe de CEBs e agentes das pastorais sociais. A missão evangelizadora tinha por objetivo dizer aos catadores que eles poderiam ser protagonistas de sua história e, apesar da realidade em que viviam, era possível reagir, conquistar seus direitos e melhores condições de vida. O compromisso profético visava à inclusão social fundamentada nos moldes da economia solidária, com a transformação da realidade social e a promoção dos direitos da pessoa humana.

Os desafios foram muitos, mas no horizonte brilhava uma luz mostrando o caminho a ser seguido. Naquele momento tinham a missão de passar uma mensagem de ânimo e esperança. Mostrar que era possível a conquista de melhores condições de vida, a partir do esforço de cada um. Neste processo foi construída a base para a formação da associação de catadores de materiais recicláveis. Os catadores passaram a acreditar que era possível trabalhar em um novo espaço, o “espaço urbano”.

Outro impulso fundamental veio da Campanha da Fraternidade de 2011, que teve como tema “Fraternidade e a Vida no Planeta”, e lema “A criação geme em dores de parto” (Rm 8, 22). Deste modo, a Diocese de Caicó elegeu como gesto concreto a formação dos catadores de Parelhas e Caicó, proporcionando a criação da Associação e a melhoria das suas condições de vida, então submetidos a precárias condições de trabalho e suas famílias estavam em situação de vulnerabilidade social.

A partir de parcerias com o poder público e com diversas organizações, em especial da Cáritas Diocesana de Caicó, no ano de 2012 a associação dos catadores tornou-se realidade, com 11 catadores. Integrando o *Movimento de Catadores de Materiais Recicláveis* (MNCR) novos passos foram dados, com a coleta seletiva solidária, com inclusão social dos catadores foi implantada em Caicó em 2013 e, no ano seguinte, na cidade de Parelhas. O acompanhamento das equipes de CEBs e Cáritas Diocesana proporcionou um diálogo permanente entre poder público e catadores contribuindo com a mediação dos conflitos, especialmente com as famílias dos catadores.

ANEXO II

Outras experiências de ação pastoral no mundo urbano

A seguir alguns testemunhos relacionados aos Grupos Bíblicos de Reflexão (GBRs) da Arquidiocese de Londrina.

1) GBR Frei Sant`Ana Galvão – Condomínio Alphaville Jacarandás – Paróquia Santana

Nosso GBR foi oficialmente o primeiro grupo criado da Paróquia Sant`Ana. O nome foi escolhido por analogia: primeiro santo brasileiro canonizado e tem Sant`Ana no nome. O grupo nasceu em dezembro de 2006, por ocasião da Novena de Natal. Havia poucas casas habitadas nessa época.

Duas moradoras, Marlene e eu, que ainda não nos conhecíamos, comunicamo-nos para fazer a primeira Novena de Natal no condomínio e planejamos para o próximo ano iniciarmos oficialmente nosso GBR. Em 2007 novos moradores foram convidados e aí, foi muito gratificante, pois famílias inteiras frequentaram e as crianças/adolescentes participavam e faziam dramatização sobre os textos lidos, deixando-nos maravilhados.

Além da amizade que se formou no Condomínio, surgiu como gesto concreto uma arrecadação geral mensal de alimentos nos dois residenciais (Imbuias e Jacarandás) que são distribuídos para instituições necessitadas. Na primeira arrecadação foi conseguido aproximadamente 60 kg, atualmente está, em média, 500 kg de alimentos por mês.

Hoje são 20 famílias cadastradas, em média 12 famílias são constantes, com alguma rotatividade. Nossos encontros são quinzenais e a família anfitriã é quem prepara a reunião, apoiando-se na proposta do livrinho da Arquidiocese, seguindo sempre a Leitura Orante. O que chama atenção e nos deixa felizes é o interesse no crescimento da Palavra.

Quase todos os integrantes hoje participam ativamente das pastorais da paróquia Santana e inclusive impulsionando o Dia da Palavra.

Eu e algumas pessoas do grupo participamos, neste ano, do Encontro das Santas Missões Populares, e voltamos com o firme objetivo de tentar formar mais um GBR no condomínio, o que conseguimos. Começaram há dois meses e tudo indica que, com perseverança e fé, será um grupo que dará bons frutos (“esta semente caiu em terra fértil”).

2) GBR Condomínio Royal Golf

Começamos há 6 anos, em 2009, após uma Novena de Natal. O nosso pároco, Pe. Manoel Joaquim, já insistia bastante na ideia de pequenas igrejas domésticas, dentro dos condomínios, e nos pediu que começasse também aqui, um grupo de estudo.

Primeiramente duas moradoras frequentavam o GBR do Royal Tênis, outro condomínio, e quando começaram aqui chamaram as pessoas deste grupo de fora. Era pouca gente. Quando começamos a crescer os missionários do outro condomínio não vieram mais.

O primeiro ano, claro, foi bastante tímido. Íamos muito por insistência e motivação do padre. No segundo ano as pessoas começaram a se conhecer mais, criar vínculos, ficarem mais amigas.

A partir do terceiro ano passou a ser um grupo de estudo e de partilha, as pessoas começaram a se colocar mais e falar sobre a Palavra. No total são 22 participantes, mas dificilmente vêm todos ao mesmo tempo. Normalmente a presença varia de 12 a 20 pessoas: a maioria casais, três viúvas, duas mulheres vêm sem seus maridos, e um senhor de 93 anos que adora vir e a esposa não o acompanha.

No quarto ano uma das participantes que entende bem da Bíblia deu uma formação sobre os evangelhos. Foi bom como formação, mas perdeu o foco da partilha; então, após oito meses, retornamos ao modelo original de Grupo Bíblico.

Nosso condomínio é de classe social alta, as pessoas têm muitas atividades, temos dificuldade de nos reunir semanalmente então nos reunimos quinzenalmente.

No terceiro ano de existência a maioria dos que fazem parte fez uma viagem a Portugal para visitar e conhecer a família do padre.

Também tivemos uma participante que teve câncer e graças ao nosso grupo e união se fortaleceu no tratamento e, depois de vencida a doença, sempre agradece e lembra que sem este apoio teria sido muito mais duro.

Outra integrante tem o marido que sofre de Alzheimer avançado e também é muito acolhida por nós. Nesta época sentimos necessidade de mais oração e começamos a fazer um pequeno grupo de intercessão, este semanal. Temos ações práticas como ajudar a manter uma casa de apoio a pessoas com câncer, alguns com trabalho, outros com doações. Um dos participantes assumiu a responsabilidade de recolher dinheiro mensalmente de cada participante e doamos aproximadamente 15 ou 16 cestas básicas para paróquia.

Sentimos que o caminho é longo, mas acreditamos que estamos na direção certa.

Raquel e Márcio Queiroz

3) GBR: espaço de reflexão e crescimento da fé

Nosso GBR começou no ano de 2013, impulsionado pela Novena de Natal ocorrida em 2012. O primeiro passo foi convidar e motivar os moradores do condomínio a compartilhar sua fé em Cristo Jesus. Deste modo, várias famílias que ainda não se conheciam passaram a conviver e a desfrutar da partilha da Palavra.

No decorrer desses três anos muitas coisas aconteceram no GBR. Os princípios fundamentais são a reflexão da Palavra e o crescimento da fé. Nossas reuniões são quinzenais e a coordenação da reunião fica a cargo da família que recebe os participantes.

O GBR propicia, entre outras coisas, o desenvolvimento de dois âmbitos:

1. Âmbito espiritual: este é o espaço da leitura bíblica - por meio da leitura orante - refletimos a Palavra, trocamos experiências de vida, aproximando a Palavra do nosso cotidiano. Alimentados pela Palavra vamos nos reconhecendo como missionários, acreditando sermos todos, sal e luz, e pescadores de homens. Ser cristão nos impõe tarefas que não podem ser deixadas para amanhã. Uma delas é ser sal e luz; ter uma conduta diferente perante a miséria humana, primeiro de reconhecimento da nossa pequenez diante da obra do nosso Criador, de que somos todos pecadores buscando sua misericórdia. Ser sal e luz é seguir os ensinamentos de Deus, confiar, como está escrito em Marcos 5, 19: “vai para tua casa, para os teus, e anuncia-lhes quão grandes coisas o Senhor te fez e como teve misericórdia de ti”. É respeitar o próximo, reconhecer nossas diferenças, nossos deslizos e imperfeições humanas. Aprender a perdoar, a viver a misericórdia. Do que adianta rezar a Palavra e não vivermos a Palavra? Essa é uma pergunta constate em nossas reuniões. Buscamos refletir como a Palavra é viva e vivida na nossa condição humana, como um bálsamo que purifica nossos pensamentos e nossas ações. Levar a Palavra ao outro pressupõe vivê-la!!! O GBR propicia isto: viver e partilhar a Palavra...

2. Âmbito social: desde 2013 realizamos ações sociais voltadas às famílias que vivem dificuldades financeiras, de saúde e espiritual. Realizamos jantares, reunindo a comunidade, arrecadando fundos para pagamento de tratamento médico e psicológico; repasse de cestas de alimentos; material escolar para crianças em processo de alfabetização; pequenos reparos e manutenção de unidades habitacionais, entre outras. No ano de 2015 realizamos duas ações de arrecadação de fundos para entidades sociais que atendem crianças, jovens e adultos com múltiplas deficiências. Nestas ações, os membros do GBR, cada um com o seu talento, desenvolvem diversas atividades que culminam na execução das

ações sociais. O que identificamos é a grandeza da misericórdia divina. Em cada uma das ações propostas sempre foi arrecadado muito mais do que o esperado, e, sempre o necessário para atender aqueles que necessitam. As vezes nos espantamos: deu certo de novo!!!! Recorrendo a Marcos 8, 21: “Como não entendeis ainda?”.

A fé ao mesmo tempo que é como a pele fina de um idoso, que se machuca a qualquer contato mais áspero, ela também é rocha, que se molda a ação do vento. Mas a fé é CRER e Marcos 11, 24, nos faz refletir: “Por isso vos digo que tudo o que pedires, orando, crede que o receberéis e tê-lo-eis”.

O GBR é um grupo que se torna uma família em Cristo.

Mabel – Grupo Sun Lake

4) GBR Sagrada Família

O nosso grupo chama-se Sagrada Família. A gente se reúne todas as quintas-feiras. Somos ao todo 10 casais que compõem o grupo. Moramos num condomínio. Nossa ação social consiste em atuar e ajudar os idosos do Asilo São Vicente de Paulo em Londrina. Participamos das pastorais da paróquia São Vicente. O grupo nos ajudou no relacionamento familiar e na amizade entre nós. Tudo isso está mudando o relacionamento com outras pessoas do Condomínio. Crescemos no conhecimento da Palavra de Deus e na visão missionária da Igreja. Cada quinta-feira quando nos reunimos, crescemos na fé e na partilha. Um fato muito importante é que o casal sempre participa e os filhos também, isto fomenta bastante a unidade familiar.

Um dos elementos mais relevantes da nossa vida como GBR, é a entre-ajuda. Assumimos a causa social de contribuir com a manutenção do Asilo e especialmente com o fortalecimento do trabalho que realizam as irmãs. Sempre atentos aos idosos esquecidos e ao que as irmãs precisam. Membros do nosso grupo contribuem semanalmente com um trabalho dedicado no Asilo. Isto faz com que mensalmente não falem as fraldas e alguns

mantimentos dentro das nossas possibilidades. Como a imensa maioria dos membros do GBR fazem parte da Capela Mãe da Divina Providência nós mensalmente assumimos a Campanha do Quilo para contribuir com as cestas básicas que são distribuídas posteriormente pela Cáritas paroquial. São 70 cestas ao todo.

Hoje podemos afirmar que foi através do GBR que assumimos uma consciência social, diante das necessidades dos irmãos mais carentes. Louvamos o Senhor por tudo o que tem acontecido na nossa vida familiar e eclesial.

Edson e Cristina, Divercy e Marly.

5) GBR Madre Leonia

Nosso Grupo chama-se Madre Leonia. Nasceu no ano de 2003, moramos na região da Bela Suíça em Londrina. Do nosso grupo participam 16 a 20 pessoas. Cada uma delas trabalha em diferentes frentes da sociedade em Londrina. Juízes, apresentadores de TV, professores e industriais. Uma religiosa claretiana faz parte do grupo. Desde que nos reunimos, nos tornamos numa família. O grupo nos ajuda cada vez mais a termos consciência social e solidária das pessoas que mais precisam. Adquirimos uma consciência mais apurada das necessidades dos outros. Assumimos a construção de três vivendas e um centro social para crianças. Nossas reuniões são as terças-feiras.

A irmã Maria José, missionaria claretiana, mora numa favela da cidade de Londrina e nós assumimos a construção do centro social. São quase 100 crianças atendidas pelo centro. Contribuímos com a formação das crianças e com o desenvolvimento das mesmas.

Nossa ajuda econômica e social é mensal temos um projeto pela frente terminar a construção do centro e decidir quais serão as linhas formativas. Nos preocupamos com a formação das crianças devido ao ambiente violento do local.

Nossa preocupação com o futuro das crianças é muito grande, pois a imensa maioria delas vem de ambientes familiares com

sérias dificuldades, com muitas famílias desestruturadas e, especialmente, o uso das drogas. Queremos assumir um trabalho com psicólogos e sociólogos sobre este assunto.

O GBR nos colocou diante desta realidade que para nós, mesmo sendo conhecida, era bastante distante. Atualmente somos cientes de que o nosso trabalho é insuficiente, mas a nossa presença está se tornando cada vez mais frequente. A construção das vivendas foi também uma experiência muito válida ao todo foram três casas que construímos e esperamos construir mais três.

Helenida Taufil

6) GBR – Bairro União da Vitória

Eu, Irmã Maria José, trabalho desde 2009 no bairro União da Vitória, periferia de Londrina. Com o passar do tempo e diante das necessidades pastorais e sociais adquiri com a ajuda de um Grupo Bíblico de Reflexão, familiares e amigos um salão, onde funcionava um templo evangélico “Hosanas ao Senhor”, que por falta de fiéis o pastor, mesmo chorando, decidiu fechar e encerrar as atividades. Com a ajuda do GBR e demais amigos, reformamos o imóvel onde estamos atendendo adolescentes infratores e oferecendo à comunidade diversos cursos e atividades para crianças e adultos.

Este lugar se chama “Centro Social Antônio Faria Netto” em homenagem a este grande vicentino que doou toda sua vida a serviço dos pobres da Igreja.

Hoje continuamos visitando as famílias da invasão que são as mais necessitadas e que vivem em situação de miséria. Entregamos mensalmente 30 cestas básicas e dedicamos tempo para escutar, levando a Palavra e partilhando com eles.

Agradeço a Deus, pelos Grupos de Reflexão, prioridade pastoral na Arquidiocese de Londrina. Com o pouco de muitos, vamos construindo um futuro melhor para este povo pobre e sofredor.

Londrina, 25 de Novembro 2015 - Irmã Maria José Picarti